



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE MINAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

JÚLIA MARIA RODRIGUES LANA

**POR UMA LEITURA DECOLONIAL DAS MEMÓRIAS E DOS TERRITÓRIOS DAS
MARGENS DE OURO PRETO**

O bairro Vila Aparecida entre o visível e o esquecido no planejamento urbano local

Ouro Preto

2026

JÚLIA MARIA RODRIGUES LANA

**POR UMA LEITURA DECOLONIAL DAS MEMÓRIAS E DOS TERRITÓRIOS DAS
MARGENS DE OURO PRETO**

O bairro Vila Aparecida entre o visível e o esquecido no planejamento urbano local

Trabalho Final de Graduação apresentado ao
Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Ouro Preto, como
requisito para a obtenção do grau de
Bacharel(a) em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Dra. Giselle Oliveira Mascarenhas

Ouro Preto

2026





FOLHA DE APROVAÇÃO

Júlia Maria Rodrigues Lana

Por uma leitura decolonial das memórias e dos territórios das margens de Ouro Preto: O bairro Vila Aparecida entre o visível e o esquecido no planejamento urbano local

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Arquiteta Urbanista

Aprovada em 24 de fevereiro de 2026

Membros da banca

Dra. Giselle Oliveira Mascarenhas - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Flora Del Rei Lopes Passos - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Estefânia Momm de Melo - Universidade de São Paulo

Giselle Oliveira Mascarenhas, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 08/07/2026



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Oliveira Mascarenhas, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/07/2026, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1136636** e o código CRC **1C254294**.

O urbanista que se propõe a ser um ativista do interesse público depende de um bom diagnóstico para apresentar a proposta, mas não pode fugir de apresentá-la, para o debate social (Maricato, 2001).



Agradecimentos

Este trabalho é resultado de um percurso que não foi — e nem seria possível — fazer sozinha. Entre angústias, descobertas, aprendizados e alegrias, muitas presenças sustentaram o caminho até aqui.

Primeiramente, devo meu mais profundo agradecimento à minha mãe, Rosane Cláudia, por ter me incentivado a trilhar meu próprio caminho e a seguir meus sonhos, sem jamais duvidar da minha capacidade. Por ter permanecido como meu alicerce e meu porto seguro nos momentos em que precisei de conforto incondicional. Mas, sobretudo, por ser minha maior inspiração enquanto pessoa e profissional. Meu maior orgulho é estar, hoje, trilhando os mesmos passos que acompanhei com admiração desde a infância.

À minha irmã, Luísa (Loulou), agradeço pelo carinho constante e pela admiração generosa, por tantas vezes me colocar como inspiração — mesmo quando eu mesma não acreditava merecer.

À minha avó, Maria de Fátima, que, apesar de não ter tido acesso à educação formal, lutou incansavelmente para criar e orientar seus filhos, abrindo caminhos que as condições de sua época não permitiram que ela própria percorresse. Sou reverberação direta da força e dos esforços dessa mulher inspiradora.

Ao meu pai e à minha madrastra, Rogério Lana e Geicimara Guimarães, agradeço por terem sido meu apoio familiar próximo em um lugar que, quando cheguei, ainda me era desconhecido.

À Thamires Alvina e Luís Ayala, por fazerem parte do meu cantinho especial no mundo.

Aos meus amigos — Victor Soares, Luana Evangelista, Ellen Fernandes, Ana Bailon, Bárbara Lia, Letícia Franceline, Mariana Garcez, Erik e Eduardo — agradeço pela presença cotidiana, pelas conversas que aliviaram o peso dos dias, pelo afeto compartilhado e pelo companheirismo que tornou essa travessia mais leve. Vocês foram pausa, riso e amparo.

À minha orientadora, Giselle Mascarenhas, agradeço pela escuta atenta, pelo rigor sensível com que conduziu este processo e, sobretudo, pelo conhecimento e pela



experiência compartilhados. Sua orientação ultrapassou o âmbito acadêmico e foi fundamental para que este trabalho se construísse com sentido e profundidade.

Por fim, a todas as pessoas que, de alguma forma, caminharam comigo ao longo desse processo, deixo meu sincero agradecimento.



Resumo

A modernização do espaço urbano revela uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que impulsiona o desenvolvimento econômico, aprofunda a segregação sócio-espacial. Em Ouro Preto, a lógica imobiliária especulativa se impõe sobre o perímetro histórico tombado, enquanto mantém as periferias — como as encostas das serras — à margem da infraestrutura urbana e do patrimônio oficialmente reconhecido ou institucionalizado. Essa segregação reflete a colonialidade do poder (Quijano, 2007), perpetuando uma narrativa histórica que tende a desconsiderar, até o presente, as experiências e memórias de comunidades subalternizadas. A memória espacial de Ouro Preto permanece atrelada a um modelo eurocêntrico, na qual sua arquitetura monumental sustenta um imaginário que se sobrepõe a outras práticas culturais e formas dissidentes de produção territorial. Nesse contexto, a disputa pelo direito à memória se manifesta na representação e no controle sobre o espaço urbano. A exclusão das periferias evidencia-se tanto na carência de estudos dedicados a bairros historicamente distanciados dos núcleos centrais de Ouro Preto quanto no persistente afastamento desses territórios em relação ao tecido urbano reconhecido institucionalmente. Esse processo é exemplificado pela formação da Vila Aparecida, território de especial interesse desta monografia. A criação, em 1978, da associação de moradores local, a UNIVILA, evidencia que a organização popular e a resistência estiveram presentes desde o início da consolidação do bairro, expressando uma vontade coletiva de inclusão e de acesso aos direitos urbanos. Entretanto, ainda que a preservação do patrimônio seja fundamental para a preservação histórica do local, ela não deve se opor à construção de uma cidade justa e inclusiva. Assim, este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre o território patrimonializado, reconhecendo Ouro Preto não como um cenário estático ou mero pano de fundo, mas como um espaço dinâmico, atravessado por vivências, disputas e relações de pertencimento.

Palavras-chave: Ouro Preto; Vila Aparecida; Decolonialidade; Territórios Populares; Direito à Cidade.



Abstract

The modernization of urban space reveals a fundamental contradiction: while it fosters economic development, it also deepens socio-spatial segregation. In Ouro Preto, speculative real estate dynamics prevail within the protected historic district, while peripheral areas—such as the surrounding hillsides—remain marginalized from urban infrastructure and officially recognized or institutionalized heritage. This segregation reflects the colonality of power (Quijano, 2007), perpetuating a historical narrative that continues to disregard the experiences and memories of subalternized communities. Ouro Preto's spatial memory remains tied to a Eurocentric model in which its monumental architecture sustains an imaginary that overshadows other cultural practices and alternative forms of territorial production. In this context, the struggle for the right to memory is expressed through the representation and control of urban space. The exclusion of peripheral neighborhoods is evident both in the scarcity of studies devoted to areas historically detached from Ouro Preto's central districts and in the persistent marginalization of these territories from the institutionally recognized urban fabric. This process is exemplified by the formation of Vila Aparecida, the primary case study of this monograph. The establishment of the neighborhood association, UNIVILA, in 1978 demonstrates that grassroots organization and collective resistance have been present since the early consolidation of the neighborhood, expressing a shared demand for inclusion and access to urban rights. However, heritage preservation should not stand in opposition to the construction of a just and inclusive city. Accordingly, this study proposes a critical reflection on the heritage landscape, recognizing Ouro Preto not as a static setting or a mere backdrop, but as a dynamic urban space shaped by lived experiences, conflicts, and relationships of belonging.

Keywords: Ouro Preto; Vila Aparecida; Decoloniality; Popular Territories; Right to the City.



Lista de abreviaturas e siglas

ALCAN	Alumínio do Brasil LTDA.
APMOP	Arquivo Público Municipal de Ouro Preto
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CCR	Câmara de Coordenação e Revisão
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Elquisa	Eletro Química Brasileira S.A.
ETFOP	Escola Técnica Federal de Ouro Preto
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FJP	Fundação João Pinheiro
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MPF	Ministério Público Federal
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
PCVD	Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana
PIP	Programa de Iniciação à Pesquisa
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVILA	Associação de moradores do bairro Vila Aparecida

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. OURO PRETO: UMA CIDADE DE ANTÍTESES?.....	16
2.1. Entre as periferias e as margens do perímetro urbano tombado.....	17
3. PENSANDO O PLANEJAMENTO URBANO DE OURO PRETO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL.....	27
3.1. Colonialidade do poder e outros amplificadores de hierarquias sócio-espaciais na cidade de Ouro Preto.....	28
4. VILA APARECIDA: ENTRE O VISÍVEL E O ESQUECIDO.....	32
4.1. O surgimento e a consolidação da Vila.....	33
4.2. Uma mancha no tecido urbano patrimonial?.....	39
4.3. As narrativas políticas por trás das tentativas de planejamento urbano.....	44
5. NARRATIVAS DE DENTRO: A VILA APARECIDA PELA COMUNIDADE DO BAIRRO.....	53
5.1. Diretrizes adotadas na entrevista.....	55
5.2. Narrativa da Associação de Moradores: memórias e vivências.....	57
5.2.1. Formação do bairro e vínculo com a dinâmica de trabalho.....	58
5.2.2. Infraestrutura, equipamentos urbanos e limites da governança urbana	59
5.2.3. Festividades, cultura e afetividade territorial.....	63
5.2.4. Mobilidade urbana, conexões territoriais e estratégias de acesso à cidade.....	65
5.2.5. Organização política, associação de moradores e práticas de reivindicação.....	67
5.2.6. Considerações sobre a narrativa.....	68
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	73



1. INTRODUÇÃO

Ainda que pareça contraditório, o espaço urbano modernizado sustenta simultaneamente o desenvolvimento econômico e a segregação sócio-espacial — uma coexistência que, na verdade, expressa a própria lógica da produção social da cidade. Em Ouro Preto, uma série de fatores reflete essa dinâmica hegemônica do sistema capitalista, entre os quais se destacam as intensas atividades minerárias na região, a expressividade dos passivos fundiários, a especulação imobiliária sobre o centro historicizado¹ e patrimonializado e, por conseguinte, a segregação sócio-espacial das periferias, onde vive predominantemente a população de baixa renda (Mutirão, 2025)².

Como observado por Calil (2018), em Ouro Preto essas periferias se localizam, em grande medida, nas encostas das serras e são ocupadas por populações majoritariamente negras, empobrecidas ou de origem periurbana, frequentemente postas à margem do reconhecimento patrimonial e do acesso à infraestrutura urbana. Inspirado no pensamento benjaminiano de “escovar a história a contrapelo”, o presente estudo busca, como **objetivo geral**, lançar luz sobre “aquilo que está no avesso dos discursos oficiais” (Löwy, 2005), tomando como estudo de caso o bairro Vila Aparecida.

Sob essa ótica, também interessa a esta pesquisa compreender as razões pelas quais populações historicamente vulnerabilizadas foram progressivamente empurradas para as margens do tecido urbano, especialmente no contexto de uma expansão urbana centrífuga³, ocorrida a partir da segunda metade do século XX devido ao elevado crescimento populacional. Busca-se, ainda, analisar os fatores que explicam a permanência dessas populações, majoritariamente de baixa renda, em condições de desassistência por políticas públicas de

¹ O termo empregado não se limita a algo na condição de antigo, como poderia sugerir a utilização de “histórico”. Trata-se, antes, de um processo de atribuição de significado histórico, construído tanto por ações institucionais — como os tombamentos — quanto pelas narrativas sociais e culturais produzidas em torno do local, aspecto que será aprofundado ao longo deste trabalho.

² Esta pesquisa configura-se, também, como desdobramento das ações desenvolvidas no grupo de pesquisa e extensão Mutirão, coordenado pela professora Giselle Mascarenhas e pelo professor Guilherme Arruda, do qual participo desde 2023. O grupo atua na articulação entre universidade e comunidades populares, desenvolvendo iniciativas voltadas à arquitetura comunitária e à construção coletiva de alternativas para a concepção, decisão e produção do espaço urbano. Assim, as questões que orientam este trabalho emergem tanto do debate acadêmico quanto da vivência junto a moradores e movimentos sociais, contribuindo para a construção de uma formação crítica e comprometida com a produção de cidades mais justas e inclusivas.

³ Isto é, de desenvolvimento para além do núcleo central da cidade.

desenvolvimento urbano, tensionando as próprias conceituações do que se compreende por “desenvolvimento”⁴ no contexto urbano.

Posto isso, um aspecto fundamental que **justifica e orienta** esta pesquisa diz respeito ao fato de que a memória espacial de Ouro Preto permanece fortemente ancorada em bases eurocêntricas. A arquitetura monumental, amplamente difundida no imaginário coletivo e nas narrativas oficiais, tende a se sobrepôr a outras formas de produção territorial e cultural, sobretudo àquelas vinculadas a comunidades historicamente consideradas subalternizadas pelo pensamento preservacionista hegemônico⁵. Conforme aponta Mignolo (2010, apud Ballestrin, 2013), a estrutura colonial não se restringe ao controle do poder político e econômico, estendendo-se também ao domínio do conhecimento, da natureza, dos recursos naturais, das relações sociais e das formas de subjetivação. Nesse processo, múltiplos saberes e práticas oriundos de distintas cosmologias são frequentemente relegados à condição de endêmicos ou irrelevantes, enquanto o patrimônio, por exemplo, passa a ser instrumentalizado por interesses externos como mercadoria, em detrimento de seu valor social e dos significados que carrega para as populações que habitam esses territórios.

Sob a perspectiva da colonialidade tecnocientífica da produção do espaço, conforme discutido por Cunha (2019, apud Mascarenhas, 2022, p.130), é possível (fazer uma ponte para o caso citado) identificar dois eixos estruturantes que atravessam historicamente as diretrizes de planejamento urbano em Ouro Preto: a colonialidade do poder territorial, responsável por legitimar, a partir de determinados grupos com poder decisório, quais práticas territoriais são consideradas legítimas; e a colonialidade do saber territorial, que privilegia formas de concepção e produção do espaço fundamentadas em conhecimentos técnicos institucionalizados, como aqueles expressos em projetos e planos urbanísticos oficiais.

⁴ Conforme Figueiredo (2021, p. 135), sob interpretação da teoria de Walter Benjamin, o significado atribuído a esse conceito seria de um “ideal comumente compreendido como um progresso material, inevitável, sempre ascendente e ligado ao desenvolvimento técnico baseado na racionalidade científica, noção que acabou encobrindo vários outros modos de vida”.

⁵ Hegemônico, neste caso, por ser um discurso ainda arraigado nos entendimentos do patrimônio como bem material, monumental ou erudito, distanciado dos saberes e das produções populares. Ou como exemplificado por Choay em sua *Alegoria do Patrimônio* (2001, p. 17), hegemônico na “zona semântica do patrimônio construído durante sua constituição, de difícil acesso, fria e ao mesmo tempo abrasadora”.

Parte-se também da conjectura de que, embora existam diversos estudos históricos dedicados ao crescimento e ao planejamento urbano das margens de Ouro Preto, ainda persiste uma carência de produções acadêmicas fundamentadas na escuta sensível dos moradores desses territórios. Nesse contexto, observa-se que a disputa pelo direito à memória em Ouro Preto se manifesta na própria forma como o espaço urbano é representado, normatizado e controlado⁶. A exclusão das periferias evidencia-se tanto na escassez de estudos dedicados a bairros historicamente afastados dos núcleos centrais quanto na dificuldade de integração desses territórios ao tecido urbano reconhecido institucionalmente. Entretanto, parte-se do entendimento de que a preservação patrimonial não deve se configurar como antagonista à construção de uma cidade justa e inclusiva. Torna-se, portanto, necessário repensar a noção de patrimônio na cidade reconhecendo Ouro Preto não como um cenário estático ou um mero pano de fundo, mas como um espaço vivo, atravessado por práticas sociais, experiências cotidianas e relações de pertencimento.

Diante dessas questões, os **objetivos específicos** são conduzidos ao desenvolvimento de uma leitura crítica dos instrumentos de planejamento urbano de Ouro Preto a partir de uma perspectiva decolonial, tendo como estudo de caso o bairro Vila Aparecida. Busca-se compreender de que maneira a população local produz o espaço urbano e preserva suas memórias coletivas à margem — ou em tensão — com as políticas públicas e as narrativas hegemônicas sobre a cidade. Nesse sentido, os objetivos específicos consistem em:

- (a) Analisar criticamente os instrumentos de planejamento urbano que incidem sobre o bairro Vila Aparecida, à luz de uma perspectiva decolonial, identificando seus limites, silenciamentos e implicações socioespaciais.
- (b) Compreender como a população da Vila Aparecida constrói e preserva suas memórias coletivas, produzindo o espaço urbano para além — ou à revelia — das políticas e narrativas hegemônicas da cidade de Ouro Preto.
- (c) Identificar práticas de resistência, organização comunitária e produção do espaço e da memória presentes no cotidiano do bairro.

⁶ Como será analisado em relação aos primeiros intentos de planejamento e de organização da cidade, no capítulo 3.

- (d) Investigar os processos históricos de concessão e destinação das terras que deram origem à Vila Aparecida, analisando as circunstâncias que levaram à ocupação habitacional da área a partir da década de 1970.
- (e) Examinar as jurisdições, os agentes institucionais e os interesses envolvidos no processo de expansão urbana do bairro.

Para alcançar os objetivos propostos, a **metodologia** se estruturou em três frentes principais. Em primeiro lugar, foram realizadas pesquisas em repositórios institucionais⁷ e revisões bibliográficas voltadas aos debates sobre planejamento urbano, a partir de autores como Maricato (2001), Rolnik (2019) e Harvey (2014); sobre estudos decoloniais e pensamento contra-hegemônico, com base em Ballestrin (2017), Walsh (2013) e Costa (2019); e sobre a expansão urbana de Ouro Preto, com destaque para Meniconi (1999), Teixeira (2015), Santana e Stephan (2013), Costa (2011) e Oliveira (2010). Em seguida, foi conduzido levantamento documental no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, com especial atenção ao *Livro de Provisões e Aforamentos* — instrumento utilizado para a cessão de terras públicas até 1971 —, bem como aos planos urbanos elaborados para a cidade, incluindo o Plano de Renovação e Valorização de Ouro Preto e o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, além do Parecer Técnico nº 228/2013 – 4ª CCR pertencente ao Inquérito⁸ movido pelo Ministério Público Federal quanto ao perfil da ocupação territorial da Vila Aparecida. Por fim, realizaram-se visitas de campo à Vila Aparecida, possibilitando o reconhecimento do território e o desenvolvimento de diálogos e entrevistas com moradores, com o objetivo de contribuir para a retomada das narrativas do bairro a partir das experiências e demandas de seus próprios habitantes.

Por conseguinte, em continuidade ao trabalho aqui proposto, o **capítulo 2** (Ouro Preto: uma cidade de antíteses?) reconstrói o processo de formação urbana de Ouro Preto e analisa a constituição das periferias da cidade, buscando abrir precedentes para um estudo dedicado à Vila Aparecida. O **capítulo 3** (Pensando o planejamento urbano de Ouro Preto a partir de uma perspectiva decolonial) desenvolve o referencial teórico da pesquisa, discutindo o planejamento urbano

⁷ Priorizando repositórios e acervos próximos, como os da UFOP, UFV e UFMG — além de eventuais produções existentes em acervos de outras instituições fora de Minas Gerais —, e conferindo um enfoque a uma base acadêmica concernente a bairros populares de Ouro Preto.

⁸ Dossiê consultado em acervo documental da disciplina ARQ142, Planejamento Urbano e Regional I, durante o período 2023.2.

brasileiro sob referências decoloniais e articulando os conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser às disputas pelo espaço urbano. O **capítulo 4** (Vila Aparecida: entre o visível e o esquecido) realiza uma leitura crítica de instrumentos de planejamento urbano e de documentos institucionais que incidem sobre a Vila Aparecida, evidenciando como determinadas narrativas técnicas e institucionais contribuem para a produção de hierarquias sócio-espaciais. Por fim, o **capítulo 5** (Narrativas de dentro: a Vila Aparecida pela comunidade do bairro) apresenta as narrativas produzidas pela associação de moradores, a UNIVILA, evidenciando memórias, práticas de organização comunitária e formas de resistência que tensionam as leituras hegemônicas sobre o bairro e reafirmam sua condição de território produzido cotidianamente por seus habitantes.

2. OURO PRETO: UMA CIDADE DE ANTÍTESES?

Entre as expedições bandeirantes direcionadas ao serro do Tripuí, a formação de arraiais próximos às escarpas ricas em ouro e a posterior elevação desses núcleos à condição de Vila Rica de Albuquerque, grande parte da historiografia sobre Ouro Preto ainda se fundamenta em uma bibliografia clássica e oficializada. Essa produção, ao consolidar um imaginário histórico hegemônico, voltado à exaltação de figuras ilustres da história político-administrativa local, reforça uma narrativa linear e monumentalizante da cidade, tratada quase como um sítio arqueológico, palco de acontecimentos passados e guardião de vestígios do Brasil colonial.

Autores como Vasconcellos (1956), Bury (1991) e Bazin (1956), pioneiros na análise histórica e artística da cidade, tornaram-se referências incontornáveis para os estudos sobre a formação urbana de Ouro Preto. Suas contribuições, embora fundamentais, privilegiam uma abordagem centrada na constituição da vila, nas estruturas sociais e econômicas dominantes, na organização política colonial e nas arquiteturas civil e religiosa, sobretudo, aquelas de caráter monumental e barroca. No entanto, à luz do objeto de estudo que orienta este trabalho — os territórios periféricos de Ouro Preto e, em especial, a Vila Aparecida —, faz-se necessário interrogar os limites dessas leituras canônicas da cidade. Como recuperar, então, as histórias de produção territorial e sócio-espacial da cidade, pouco visibilizadas pelas narrativas oficiais? Como olhar para a cidade de Ouro Preto para além dos limites do centro histórico consagrado? A resposta aponta para uma abordagem que direciona o olhar à urbanização informal e às formas de habitar desenvolvidas à margem das normas e das instituições patrimoniais..

Dessa forma, propõe-se compreender neste capítulo as origens e os processos de conformação da cidade informal contemporânea em Ouro Preto. Para isso, serão analisadas documentações, registros cartográficos, mídias e demais produções técnicas relacionadas aos territórios periféricos da cidade — conceito a ser discutido adiante —, associadas à leitura de um referencial teórico que problematiza os limites da memória oficial e amplia a leitura sobre os processos históricos de formação urbana e territorial para além dos núcleos tombados.

2.1. Entre as periferias e as margens do perímetro urbano tombado

Para situar o que se entende por *periferia* e por *margem* — ou até mesmo *borda*, como defendido por Santana (2012) — no contexto urbano de Ouro Preto, é necessário voltar a atenção aos acontecimentos que marcaram a cidade entre o final do século XIX e o século XX. Esses processos, embora iniciados há mais de um século, seguem produzindo efeitos sobre a configuração espacial e social do município até os dias atuais.

De acordo com Meniconi (1999), no final do século XIX, Ouro Preto passou por um período de intensas transformações político-sociais, agravadas pela progressiva decadência das atividades econômicas extrativistas, sobretudo a mineração do ouro. A cidade, que por mais de cem anos foi o centro político e administrativo da província — também capitania e estado — de Minas Gerais, passou a vivenciar um processo de esvaziamento econômico e institucional. A escassez de investimentos e a estagnação econômica contribuíram para a decisão de transferir a capital para a recém-planejada cidade de Belo Horizonte, em 1897. Essa mudança, impulsionada também por um ideal de progresso e pela intenção de romper definitivamente com o Império e com a herança da coroa portuguesa, teve efeitos drásticos sobre a dinâmica urbana e populacional de Ouro Preto, culminando na migração de cerca de 45% de seus habitantes (Teixeira, 2015, p. 25).

Destituída do cotidiano das atividades produtivas, comerciais e administrativas, além de quase metade de sua população “ [...] Ouro Preto teve preservadas sua integridade física e formal em função do seu afastamento do desenvolvimento que estimula renovações urbanas” (Oliveira, 2003; apud Santana, 2012, p. 33). Sob essa ótica, a redução demográfica e a perda da soberania política e econômica ocasionaram um congelamento do seu núcleo central e de seu invólucro arquitetônico colonial, haja vista que não era de interesse da nova república associar a própria imagem aos remanescentes da colônia e do império. Com isso, o espaço urbano da cidade sofreu expressivas mudanças: casarões situados no antigo núcleo administrativo foram desocupados ou abandonados, enquanto zonas mais distantes do centro tenderam a se consolidarem por populações que não acompanharam o êxodo para a nova capital, principalmente aquelas que preservaram um modo de vida rural (Oliveira, Sobreira; 2015, p. 872). Assim, as

bordas da cidade começam a se tornar focos de permanência perante o declínio dos núcleos administrativos antigos.

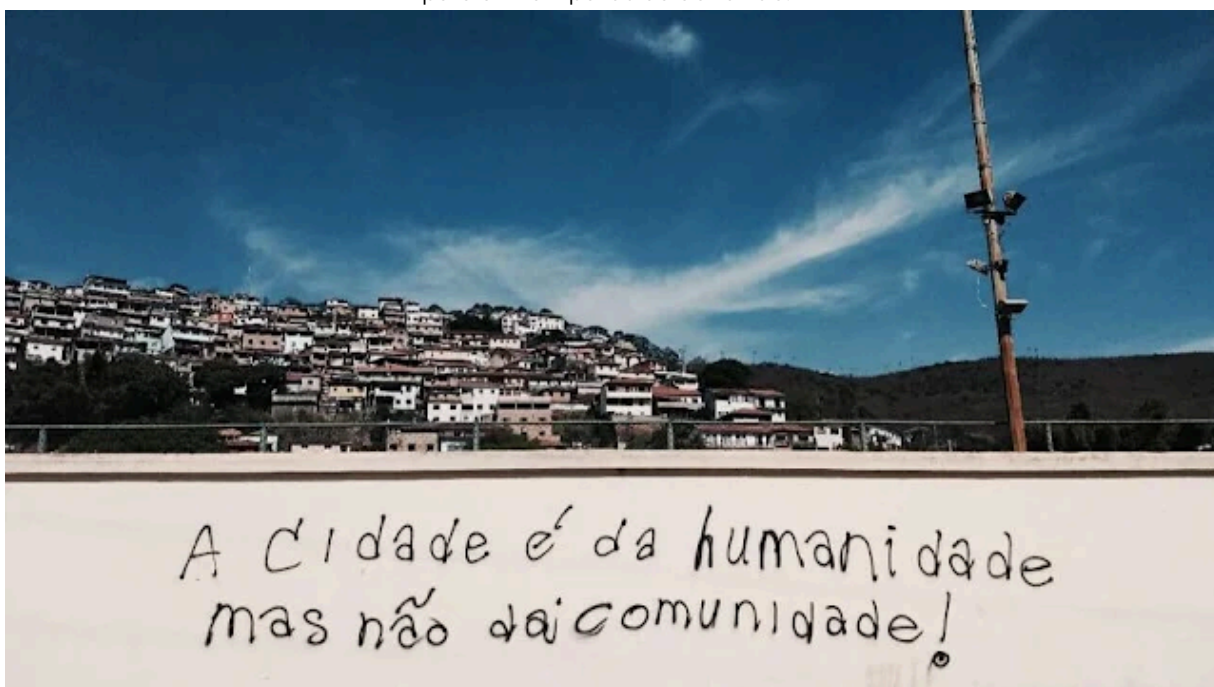
É a partir da década de 1930 que Ouro Preto volta a ocupar um lugar de destaque no cenário federal, impulsionada pelas viagens modernistas de redescoberta do Brasil e pela busca de construção de uma identidade nacional autêntica. Nesse contexto, emergem as primeiras políticas de preservação do patrimônio cultural, em consonância com um projeto de valorização do passado colonial como símbolo da brasilidade. Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, a cidade foi pioneiramente tombada como Patrimônio Nacional na inscrição nº39 no Livro de Tombo das Belas Artes⁹, sob as seguintes justificativas:

[...] pelo conjunto urbano — malha urbana original em grande parte preservada; pelo histórico — como cidade central na formação política e econômica brasileira desde o período colonial; pelo conjunto arquitetônico/urbanístico — com exemplares da arquitetura colonial preservados e traçado das vias públicas ainda mantidos; pelo patrimônio ambiental e pela cultura imaterial — preservando tradições religiosas e profanas seculares. (Ouro Preto, 2010)

Esse processo de patrimonialização, embora tenha retomado o reconhecimento da cidade, também inaugurou uma série de tensões — ou, como defendido no título deste capítulo, “antíteses” — que ainda hoje perduram no espaço urbano ouropretano. Antecipando uma crítica que será aprofundada ao longo deste trabalho, observa-se que, consoante abordado por Teixeira (2015, p. 1), o IPHAN atuou durante boa parte do século XX como um órgão de controle sobre os usos e sobre as formas de ocupação para além do núcleo central imediato da cidade. Tal atuação contribuiu para a formação de um conflito estrutural entre a cidade patrimonial e a cidade habitada — ou, como expressam lemas e formas de protesto, entre a “cidade da humanidade” e a “cidade da comunidade” (figura 1).

⁹ Ainda que os Livros do Tombo se dividam entre (1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, concernente às “coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular” (IPHAN, 1937, p. 2); (2) Livro do Tombo Histórico, relativo às “coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica” (*idem*); (3) Livro do Tombo das Belas Artes, referente às “coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira” (*idem*); e (4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas, quanto às “obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras” (*idem*), priorizou-se no tombamento pioneiro do conjunto urbano histórico de Ouro Preto designá-lo ao posto de Belas Artes. As inscrições no Livro do Tombo Histórico (nº 512) e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (nº 98) vieram, contraditoriamente, apenas em 1986. Isso denota uma leitura pretérita da cidade, transformando-a em um objeto de alto valor erudito na construção de uma identidade *original* referente ao habitat e à urbe brasileira, que vieram a ser reconsiderados como detentores de significados para as comunidades locais tardiamente.

Figura 1: Pichação no muro da Escola Municipal Monsenhor João Castilho Barbosa, com destaque para a Vila Aparecida ao fundo.



Fonte: Hollestein, 2017.

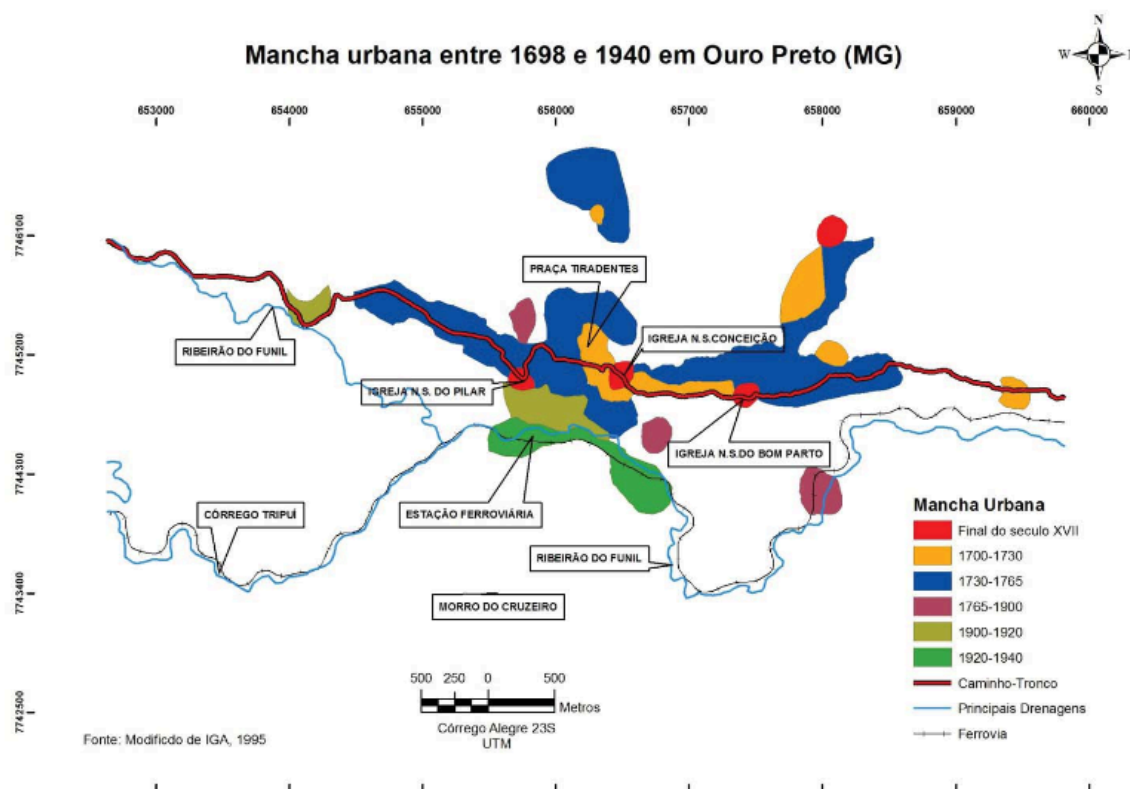
Nesse sentido, a ausência de instrumentos participativos no processo de tombamento — como inventários colaborativos, consultas públicas ou outros mecanismos de escuta sensível e dialógica — contribuiu para a cristalização de uma imagem da cidade que pouco conversa com a experiência cotidiana de quem a vivencia — trabalhando, morando, nela produzindo e a produzindo. O patrimônio, nesse contexto, passa a ser compreendido mais como objeto de contemplação e conservação do que como expressão viva das práticas sociais e culturais que o originaram e que contribuem para o seu sentido e significado na conjuntura do corpo social. Esse distanciamento entre o material tombado e a comunidade compromete não apenas o sentimento de pertencimento, como também a própria eficácia das políticas de preservação. Como destacam Ribeiro e Simão (2016, p. 184):

A desvinculação da preservação do patrimônio cultural das outras questões urbanas somente demonstrou, no desenrolar da experiência brasileira, quase centenária, que as consequências são bastante danosas no que diz respeito à produção do espaço com justiça social. Prejudiciais às cidades, na medida em que propiciam um descolamento destes tecidos antigos no cotidiano urbano, motivando o abandono, a substituição destes lugares ou a substituição de seus moradores; estas ações em nada colaboram para a melhoria da qualidade urbana, nem social nem ambientalmente.

Desse modo, o modelo de preservação ainda hegemônico, quando dissociado das práticas de produção comunitárias da cidade, tende a reproduzir desigualdades históricas, restringindo o acesso ao espaço urbano e intensificando os processos de deslocamento à contramão pelas camadas populares. Em outras palavras, ao priorizar a conservação de uma imagem idealizada do passado, esse modelo frequentemente ignora as dinâmicas sociais vivas que moldam o presente da cidade, especialmente das periferias, contribuindo para a marginalização de formas legítimas e diversas de habitar Ouro Preto.

Retomando o histórico sobre a construção social das periferias da cidade, para compreender como se deu a expansão urbana para essas margens, deve-se recorrer ao processo de adaptação ao desenvolvimento industrial da cidade, que se intensificava naquele momento. Com a instalação da Eletro Química Brasileira S.A. (Elquisa), em 1934, Ouro Preto vivenciou um novo surto de crescimento populacional até o início da década seguinte — o mais expressivo desde a transferência da capital para Belo Horizonte, em 1897. A intensificação das atividades de beneficiamento de alumínio e ferro, posteriormente absorvidas pela Alumínio do Brasil S.A. (ALCAN) a partir da década de 1940, impulsionou a expansão da cidade para áreas então pouco urbanizadas, como os arredores do Ribeirão Funil e da Estação Ferroviária — região que hoje corresponde ao bairro da Barra (Figura 2). Paralelamente, iniciou-se também a ocupação gradual das bases do Morro do Cruzeiro (Oliveira, Sobreira; 2015, p. 869).

Figura 2: Mancha urbana de Ouro Preto até a década de 40, com enfoque na ocupação da Barra, em verde.



Fonte: Oliveira, 2010.

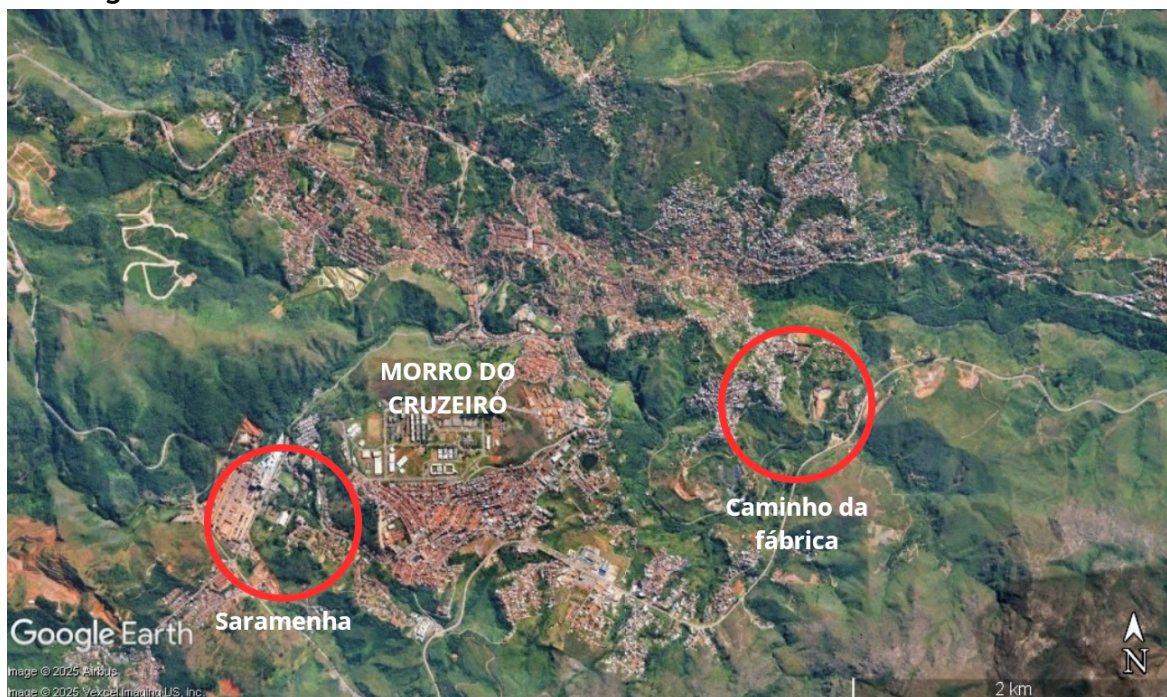
As áreas da região da Barra, entretanto, representavam as últimas zonas ainda convenientes para a expansão urbana nas proximidades do núcleo histórico — que, à época, seguia concentrando os principais equipamentos urbanos e a oferta de serviços. Essa conveniência se devia, sobretudo, às condições geomorfológicas relativamente favoráveis, pois se tratava de uma região com relevo menos acidentado em comparação com as serras do entorno do distrito sede. Por isso, eram também áreas menos vulneráveis a deslizamentos e a outras instabilidades geotécnicas, o que ampliava seu potencial de adensamento populacional e de desenvolvimento urbano.

Todavia, a necessidade de abrigar a crescente população operária migrada para Ouro Preto, impulsionada pelo desenvolvimento industrial, forçou a ocupação além do perímetro central dessas áreas de maior qualidade. Zonas como o Morro do Cruzeiro, ao sul, e a região popularmente conhecida como “Caminho da Fábrica”, ao nordeste da sede, passaram a ser ocupadas por trabalhadores e por suas famílias (figura 3). Conforme Cifelli (2005 apud Oliveira, Sobreira; 2015, p. 869):

A incorporação dessa nova atividade econômica gerou mudanças significativas no espaço da cidade, que passou a receber um elevado

contingente populacional, essencialmente de mão de obra de baixa renda. Com o Núcleo Urbano praticamente ocupado, foi a vez das áreas adjacentes serem ocupadas.

Figura 3: Tendência de adensamento no Morro do Cruzeiro e no Caminho da Fábrica.



Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2025.

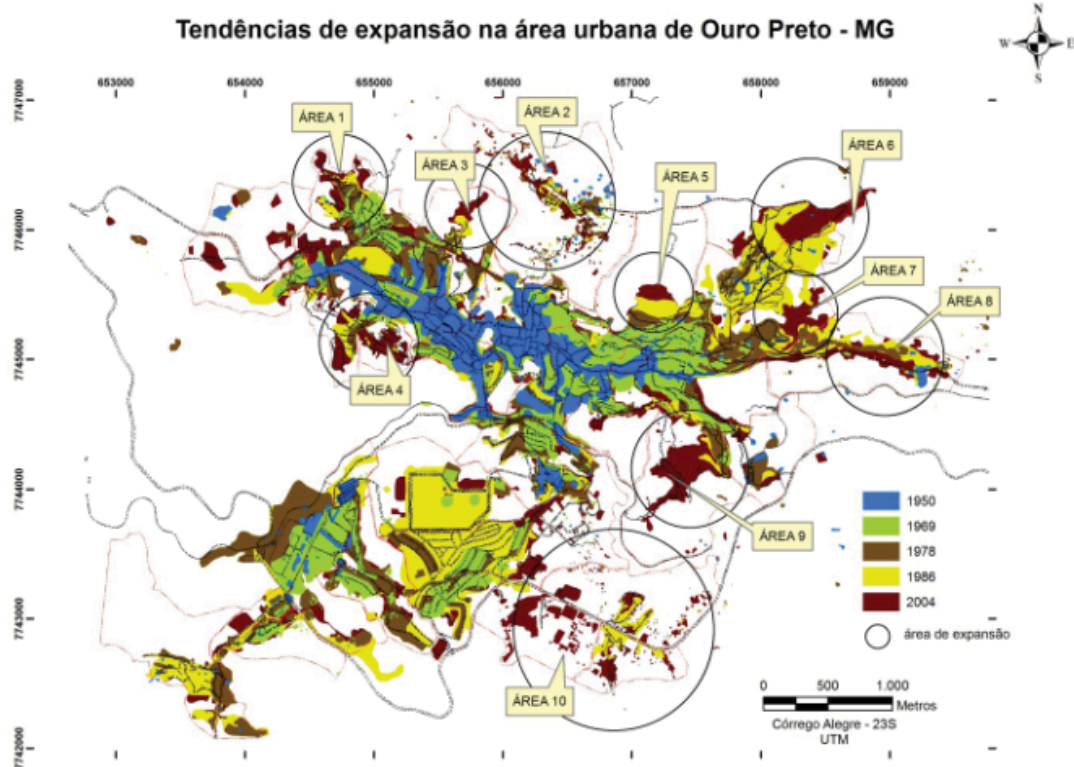
Entre as décadas de 1950 e 1960, esse processo de ocupação, impulsionado pela industrialização, deu origem aos bairros que hoje são conhecidos por Vila Itacolomi, Bauxita, Saramenha, Vila dos Engenheiros — situados sobre o Morro do Cruzeiro — e Vitorino Dias — localizado no Caminho da Fábrica —, conforme pontuado por Oliveira e Sobreira (2014, p. 870). Esses bairros surgiram como solução de moradia para o conjunto dos trabalhadores da Alcan e da antiga Fábrica de Tecido¹⁰, sendo assentados em locais que receberam os primeiros esforços de formalização e de consolidação — isto é, de um certo ordenamento e de expansão da mesoestrutura urbana.

A transferência da Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP, atual IFMG) para o Morro do Cruzeiro, em 1964, seguida da criação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em 1969, também desempenhou um papel fundamental no processo de expansão urbana e de adensamento populacional da cidade. A

¹⁰ Fábrica criada em 1887, situada próxima ao bairro Padre Faria. Funcionou, durante os primeiros anos após a sua instalação, como fábrica de tecidos, mas logo sediou a Companhia Industrial Oupretana de Força, Luz e Telefones, até a desativação total da estrutura, em 1892. No século seguinte, a fábrica passou por uma série de mudanças administrativas e funcionais, quando então se tornou a Fábrica de Fiação e Tecidos Itacolomy, atraindo operários das zonas rurais do município e de outras localidades próximas (Coelho, 2019).

implantação dessas instituições atrai um número crescente de estudantes, professores e servidores técnicos, que também afetariam e seriam afetados pelas dinâmicas habitacionais locais, pressionando ainda mais a oferta de moradia. Com o tempo, o perfil socioeconômico dos habitantes dos bairros mais recentes começou a ser caracterizado por essa população acadêmica (Costa, 2011, p. 339), e a expansão da cidade foi em direção a outras margens (figura 4), agora também nas escarpas mais íngremes das serras, onde se localizavam apenas ocupações pontuais.

Figura 4: tendências de expansão urbana de Ouro Preto após 1950.



Fonte: Oliveira, 2010, apud Oliveira; Sobreira, 2015, p. 874.

Se no primeiro Censo Geral da República, realizado em 1890, Ouro Preto contabilizava 17.860 habitantes¹¹ (Lott, 2009, p. 247), em 1970 esse número havia crescido significativamente: a população urbana chegava a 31.999 pessoas, representando um aumento de 79%. Nesse mesmo ano, a população total do município era de 46.165 habitantes (Oliveira, 2010, p. 61), o que indica que cerca de 69% já vivia em áreas urbanas. Esse dado revela uma inflexão no modo de produção do espaço urbano — ou, como tratado por Lefebvre (2004), “implosão/explosão” —, consolidando a transição de uma cidade majoritariamente

¹¹ Contabilizando apenas habitantes da região do distrito sede, perímetro que, à época, abarcava as freguesias de Antônio Dias e do Pilar.

rural para uma configuração urbana mais expressiva. Tal transformação também refletia o processo de absorção da população rural, que, diante das limitações econômicas no campo, buscava na cidade melhores condições de vida e novas oportunidades de trabalho — especialmente no contexto da industrialização e da expansão de serviços públicos e educacionais.

De acordo com Costa (2011), o acelerado crescimento populacional, econômico e industrial de Ouro Preto atuou como força propulsora de processos de desregulamentação e de desordenação do tecido urbano, em um contexto em que já se evidenciava a carência de políticas públicas de planejamento capazes de acompanhar o “reavivamento” da cidade e suas novas funções — agora também industriais, educacionais e administrativas. Porém, um planejamento urbano sistemático, que promovesse de fato melhorias estruturais e sociais, ainda não se constituía como prática efetiva no Brasil. Conforme aponta Teixeira (2015, p. 23), “o Estado dele se utilizou para atender seus objetivos de instrumentalização do território” somente a partir de meados da década de 1960. Até então, tanto em Ouro Preto quanto em outras cidades históricas brasileiras, as eventuais intervenções urbanísticas estavam condicionadas às diretrizes da política nacional de preservação do patrimônio, bem como às cartas de preservação patrimonial municipais, que buscavam coibir os impactos de uma urbanização contemporânea sobre os monumentos e conjuntos históricos tombados. Cataliza-se, então:

[...] o processo de crescimento desordenado na cidade, com a classe trabalhadora da indústria ou de outras atividades menos rentáveis empurrada para os morros de Ouro Preto – o que, no limite e na lógica capitalista da especulação da terra urbana, se explica como uma das contradições necessárias à própria especulação imobiliária, à qual a dinâmica propiciada, sobretudo, pela UFOP, vem respondendo a contento. (Costa, 2011, p. 339)

Diante desse conjunto de fatores, foi se consolidando, gradativamente, o que hoje se compreende como as periferias de Ouro Preto. Bairros como Vila Aparecida, São Cristóvão, Piedade, Morro Santana, Morro São Sebastião e Morro da Queimada (também conhecido como Morro São João) passaram a abrigar um contingente expressivo de trabalhadores que não dispunham de condições financeiras para acessar o mercado formal de habitação — especialmente nas áreas mais centrais ou dotadas de melhor infraestrutura urbana. Assim, as franjas do tecido urbano — que, neste caso, seriam as áreas não parceladas e os terrenos acidentados das

encostas — foram adensadas de maneira acelerada e desordenada, sem que houvesse, por parte da municipalidade, uma atuação eficaz de planejamento e de regulação territorial. Esse processo não foi exclusivo de Ouro Preto, e nem se restringiu ao panorama brasileiro, mas acompanhou um padrão estrutural do modelo de urbanização latino-americano na segunda metade do século XX. Segundo Fernandes (2006, p. 28-29),

de modo geral, o padrão de urbanização na região tem historicamente combinado processos de exclusão social e segregação espacial. Um número cada vez maior de latino-americanos — estimado de maneira conservadora em pelo menos um em cada quatro cidadãos — somente tem tido acesso à terra urbana e à moradia nas cidades através de processos informais, o que tem gerado uma proliferação de assentos informais nas áreas urbanas.

Como descreve Maricato (2001, p. 41), a própria lógica da industrialização impôs limites ao acesso à moradia digna para os trabalhadores urbanos:

A industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente a ser construído. Ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, os operários empregados do setor industrial não tiveram seus salários regulados pelas necessidades de de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia, por exemplo.

Nesse panorama, o “ambiente a ser construído”, mencionado por Maricato (2001), corresponde exatamente àquele que não era almejado pelo mercado imobiliário formal, pelas indústrias, por lobbies comerciais e por outros agentes econômicos associados à lógica do capital. A ausência de interesse por essas áreas decorre de uma série de fatores já destacados: (a) tratam-se de territórios periféricos, distantes dos principais polos produtivos da cidade, e, portanto, desconectados da lógica de valorização mercantil do solo urbano; (b) são espaços desprovidos de infraestrutura urbana pré-existente, o que encarece ou inviabiliza sua inserção nas dinâmicas de mercado; (c) localizam-se sobre terrenos de topografia acidentada, sujeitos a instabilidades geotécnicas e à fragilidade ambiental. Em suma, como afirma Maricato em outra situação (2003, p. 79), “a exclusão é um todo: social, econômica, ambiental, jurídica e cultural”, e é nesse conjunto de ausências que a população de baixa renda é forçada a habitar, frequentemente, às margens da legalidade — ou seja, em áreas de adensamento restrito ou proibido, em áreas de preservação permanente, em encostas de serras ou em zonas de risco.

Não obstante, quando essas ocupações urbanas se consolidam em contraposição às normas urbanísticas e passam a ser rotuladas como “ilegais” — justamente pela

inacessibilidade a assessorias técnicas e a outros aparatos que auxiliem a compreensão das leis sobre a produção do espaço —, o poder público frequentemente se omite diante das causas estruturais que as motivaram. Portanto, mostra-se moroso tanto para reconhecer as condições sociais que impeliram a população a ocupar tais territórios, quanto para atuar de forma preventiva na gestão e na garantia de qualidade desses assentamentos¹². Assim, a ausência de políticas públicas operantes favorece a improvisação e o surgimento de soluções espaciais autônomas, muitas vezes informais, que tentam suprir a carência de serviços e de infraestrutura nessas franjas urbanas. No entanto, paradoxalmente, é esse mesmo poder público — ineficiente na origem — que posteriormente criminaliza essas ocupações, sem oferecer alternativas viáveis de moradia.

Em Ouro Preto, alguns episódios de tentativa de expropriação de territórios ocupados por comunidades populares — sejam eles bem sucedidos ou não — se tornaram emblemáticos das disputas sócio-espaciais na cidade. Um desses episódios expressivos, que ainda envolve disputas em curso, refere-se à Vila Aparecida, cujos moradores se tornaram, mais uma vez¹³, alvo de processos de remoção a partir dos Pareceres Técnicos nº 38/2012 - 4ª CCR e nº 228/2013 - 4ª CCR, elaborados pelo Ministério Público Federal (MPF). Este último caso será o foco do estudo a ser aprofundado no capítulo 4 deste trabalho, por sintetizar as tensões entre direito à moradia, política ambiental, legislação patrimonial e os limites da (in)operância estatal sobre os territórios populares.

¹² Considerando parâmetros relacionados à boa habitabilidade e às boas condições urbanas nas vizinhanças.

¹³ Esse acontecimento não foi inédito, tendo em vista que o bairro também foi pontuado como “área a demolir” ou “área a remanejar” pelo Plano Viana de Lima e pelo Plano FJP, que serão discutidos adiante neste trabalho.

3. PENSANDO O PLANEJAMENTO URBANO DE OURO PRETO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Em relação a uma cidade como Ouro Preto — simbólica, no sentido de ser um dos principais expoentes do período colonial-extrativista do Brasil e da América do Latina — pensar o planejamento urbano a partir de uma perspectiva decolonial ou contra-hegemônica¹⁴ apresenta-se como um desafio teórico e metodológico. Isso porque o planejamento urbano brasileiro, enquanto instrumento técnico e político, esteve historicamente imbricado a estruturas de dominação que se consolidaram sob a lógica da modernidade e da colonialidade. Tal discussão torna-se ainda mais delicada quando se busca evitar análises anacrônicas sobre os processos de formação do município e, posteriormente, sobre a institucionalização das políticas de preservação do conjunto urbano histórico.

A esse cenário somam-se as incongruências que leituras equivocadas podem produzir ao confundir ou ao tratar como sinônimos os conceitos de *descolonização* e *decolonialidade*. Embora ambos partam de um mesmo radical semântico e se inscrevam em tentativas de ruptura com sistemas de controle herdados do colonialismo, eles se fundamentam em pressupostos distintos e conduzem a interpretações igualmente diversas. Como aponta Ballestrin (2013, p. 90), tais conceitos emergem no interior de um campo crítico que questiona os limites do pensamento pós-colonial, sobretudo no que diz respeito à persistência das hierarquias coloniais nas sociedades contemporâneas.

O conceito de descolonização, nesse sentido, remete a processos de ruptura institucional e política com o domínio colonial, sugerindo a possibilidade de superação ou encerramento dessas estruturas de subalternização e de subordinação. No entanto, como problematiza Catherine Walsh (2013), essa leitura

¹⁴ Ao discutir os conceitos de *hegemonia*, após Antonio Gramsci (1975), e de *contra-hegemonia*, por Raymond Williams (1979), Dore (2018) sintetiza este último princípio como um conjunto de “experiências, significados, e valores que não fazem parte da cultura dominante efetiva; [...] práticas humanas que ocorrem ‘fora’ ou em ‘oposição’ ao modo dominante; formas de cultura alternativa ou opositora residuais, abrangendo experiências, significados e valores que não se expressam nos termos da cultura dominante, embora sejam praticados como resíduos culturais e sociais de formações sociais anteriores; formas de cultura emergente, englobando novos valores, significados, sentidos; novas práticas e experiências que são continuamente criadas.” (2018, p. 254), entendendo que a perspectiva hegemônica parte de um grupo detentor de capitais financeiro e cultural, com amplo poder de decisão e de controle na sociedade. Apesar da consolidação do sintagma “contra” nesse campo de estudo, vale pontuar que o termo pode induzir à inferência de um rompimento com as estruturas de sociedade baseadas na dominação, o que não se faz pragmático na leitura aqui realizada. Portanto, nesse contexto, pode-se entender o conceito aqui trabalhado sob uma perspectiva de *não-hegemonia*.

pode induzir à compreensão equivocada de que seria possível “desfazer” ou “reverter” o colonial, como se seus padrões e marcas deixassem de existir com o fim formal do colonialismo. Dessa forma, a autora esclarece a fundamentação semântica sobre o conceito aqui estudado:

Excluir o ‘s’ é escolha minha. Não é promover o anglicismo. Pelo contrário, pretende estabelecer uma distinção com o significado em espanhol de ‘des’ e o que pode ser entendido como um simples desmontar, desfazer ou reverter do colonial. Ou seja, passar de um momento colonial para um momento não colonial, como se fosse possível que seus padrões e traços deixem de existir. (Catherine Walsh, 2013, p. 24-25)

Assim, a adoção do conceito de ‘decolonialidade’ parte do reconhecimento da impraticabilidade de uma cisão total com o contexto de modernidade e colonialidade, reforçado por séculos de exploração e opressão. Conforme destaca Ballestrin (2013), a decolonialidade não pressupõe a eliminação completa dos paradigmas epistêmicos, teóricos e políticos já estabelecidos, mas propõe uma crítica às estruturas “marcadas pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (2013, p. 89). Tampouco se trata de isolar epistemologicamente territórios que vivenciaram longos processos de subalternização histórica, sobretudo em um contexto contemporâneo atravessado por fluxos globais de transculturalidade, de poder, de saber e de capital.

Nesse sentido, torna-se oportuno aprofundar o conceito de decolonialidade, especialmente para evitar leituras equivocadas quando aplicado ao estudo urbano de Ouro Preto. Não se trata, neste trabalho, de invalidar a historiografia oficializada da cidade ou as políticas de preservação patrimonial com o intuito de promover apagamentos, antagonismos simplificadores ou a negação do valor histórico do conjunto urbano consolidado. Ao contrário, a perspectiva decolonial adotada busca problematizar os limites dessas narrativas e práticas quando elas passam a operar como instrumentos de hierarquização, exclusão e silenciamento de outras histórias e cosmovisões, além de outras formas de produzir, viver e significar a cidade.

3.1. Colonialidade do poder e outros amplificadores de hierarquias sócio-espaciais na cidade de Ouro Preto

A leitura decolonial do planejamento urbano de Ouro Preto exige compreender a cidade como um espaço historicamente atravessado pela colonialidade do poder — conceito formulado por Aníbal Quijano (2007) para designar a persistência dos

padrões de dominação colonial mesmo após o fim formal do colonialismo. Trata-se de uma matriz de poder que articula controle econômico, político, cultural e epistêmico, organizando hierarquias sociais e raciais que se expressam, de maneira concreta, na produção e no ordenamento do espaço urbano.

No contexto urbano, a colonialidade do poder manifesta-se por meio da diferenciação sistemática entre territórios valorizados e territórios desqualificados, entre espaços considerados legítimos e dignos de investimento e aqueles relegados à precariedade, à informalidade ou à invisibilidade — retomando a análise sobre a cidade informal debatida por Maricato (2001). Em Ouro Preto, essa lógica se materializa na centralidade conferida ao núcleo histórico monumental — amplamente protegido, normatizado e promovido como símbolo identitário e ativo econômico — em contraste com os bairros populares, periféricos e de encosta, frequentemente associados a discursos de desordem, risco, impacto visual ou ameaça à paisagem patrimonial.

Essa hierarquização espacial não se limita à dimensão física da cidade, mas envolve também uma hierarquia de saberes e de modos de vida. As formas técnicas, normativas e institucionalizadas de planejamento urbano, historicamente orientadas por referenciais eurocêntricos de cidade, passam a operar como saberes hegemônicos, enquanto os conhecimentos produzidos pelas comunidades populares — suas estratégias de autoconstrução, suas redes de solidariedade, suas formas de apropriação do território — são deslegitimados, tratados como problemas a serem corrigidos ou eliminados, e não como expressões legítimas de produção urbana.

Nesse sentido, Lefebvre (2009) analisa os processos autogestionários e autoconstrutivos que marcaram o crescimento e o desenvolvimento das cidades ao longo do século XX, contribuindo para o debate crítico acerca dos aparatos herdados do período colonial. Ao discutir a gênese da autogestão urbana, o autor sustenta que ela emerge justamente em territórios não visados pelos colonizadores — seja pela dificuldade e desfavorabilidade de ocupação associadas a relevos acidentados, seja pela distância em relação aos núcleos urbanos mais valorizados —, questionando as lacunas deixadas nos arranjos das estruturas espaciais e institucionais consolidadas desde o colonialismo:

Onde a autogestão está instalada? Nos domínios abandonados pelos colonos. Autogestão põe em questão a cidade como um todo e os aparatos que foram herdados do período colonial, ou o que foi consolidado à época da independência. [Where is *autogestion* being set up? In the domains abandoned by colonists. *Autogestion* throws into question society as whole and the apparatuses that were inherited from the colonial era, or what were established at the time of independence.] (Lefebvre, 2009, p. 145)

A colonialidade do poder que se reflete no campo do planejamento ou do “ordenamento” urbano, por conseguinte, articula-se diretamente a conceitos de colonialidade do saber e à colonialidade do ser, uma vez que estes corroboram na ampliação e no aprofundamento das hierarquias sócio-espaciais no tecido citadino. No território, a colonialidade do saber manifesta-se por meio da seleção de quais produções de conhecimento são reconhecidas e institucionalizadas — seja no ensino formal universitário, seja nos aparatos técnicos e normativos do planejamento —, bem como na definição de quais estéticas urbanas são legitimadas e quais racionalidades orientam as decisões sobre o espaço (Cunha, 2019, p. 152). Esse processo resulta, ainda, na hierarquização das formas de produção urbana, estabelecendo distinções entre o vernacular, o popular e o erudito, frequentemente em detrimento dos saberes e práticas locais.

A colonialidade do ser, por sua vez, atua na desumanização simbólica e material de determinados grupos sociais, cujas existências passam a ser consideradas menos dignas de proteção, investimento e reconhecimento pleno como parte constitutiva da cidade. Conforme analisa Cunha (2019), essa dimensão da dominação moderna-colonial pressupõe a universalização de um sujeito urbano idealizado, tomado como parâmetro para a organização do território, o que resulta na normatização e segregação dos modos de vida urbanos e não urbanos — especialmente aqueles associados às margens periurbanas e rurais. Tal processo aprofunda desigualdades sociais e econômicas e restringe, ou mesmo inviabiliza, práticas de cultivo agrícola, formas alternativas de habitar e outros modos de produção e vivência no interior da cidade.

Em Ouro Preto, tais processos se evidenciam quando bairros populares são compreendidos predominantemente a partir de seus “impactos” sobre a paisagem histórica, e não a partir das condições de vida de seus moradores. A cidade, neste enquadramento, deixa de ser entendida como espaço de reprodução social e de múltiplas territorialidades, passando a ser tratada

prioritariamente como objeto estético, mercadoria turística ou cenário patrimonial a ser preservado segundo critérios externos às dinâmicas cotidianas de quem a habita.

A perspectiva decolonial propõe ampliar esse olhar, reconhecendo que o espaço urbano é também um campo político-ontológico, no qual se confrontam projetos distintos de cidade. De um lado, o projeto moderno-colonial de ordenamento urbano, baseado na homogeneização estética, na mercantilização do território e na centralidade de saberes técnicos especializados. De outro, os saberes e fazeres locais, as territorialidades negras e populares, as redes comunitárias e as cosmologias que produzem outras formas de existência urbana, frequentemente silenciadas ou marginalizadas pelos instrumentos formais de planejamento.

Assim, pensar o planejamento urbano de Ouro Preto a partir de uma perspectiva decolonial não implica rejeitar integralmente as políticas de preservação ou os instrumentos técnicos de ordenamento, mas questionar criticamente os critérios de legitimidade que orientam sua aplicação. Trata-se de revelar como a colonialidade do poder continua estruturando decisões sobre quem pode permanecer, quem deve ser deslocado, quais territórios merecem cuidado e quais são considerados descartáveis ou passíveis de remoção — questões centrais para a compreensão das disputas contemporâneas em torno do direito à cidade.

4. VILA APARECIDA: ENTRE O VISÍVEL E O ESQUECIDO

A dinâmica de invisibilização e de segregação de das periferias em Ouro Preto por uma aludida dissonância com a paisagem colonial é exemplificada, de forma mais contundente, na formação da Vila Aparecida, que constitui o objeto central deste trabalho. Como descrevem Santana e Stephan (2013, p. 10):

A Vila Aparecida foi configurada de forma espontânea, em uma trajetória contrária da que se esperaria de um novo loteamento: primeiro vieram as casas, depois as ruas, depois a capela e, ainda mais tarde, a infraestrutura. Esta descrição muito se assemelha a de uma favela em uma grande cidade, porém, a Vila Aparecida possui edificações de boa qualidade construtiva, ou seja, não se trata de um aglomerado de barracos e sim de um bairro cada vez mais consolidado e valorizado, principalmente por sua localização.

Ainda assim, em certos aspectos, a ocupação desse território não se distancia inteiramente do processo de consolidação do núcleo colonial da cidade. Isso porque:

A tipologia urbanística desenvolvida durante o período setecentista é caracterizada por terrenos com formato alongado, e implantação das edificações alinhada com a testada do lote, sem recuos laterais e com grandes áreas verdes não edificadas aos fundos. O traçado viário é definido pelo agrupamento das casas, pois naquele momento “(...) não seria possível pensar em ruas sem prédios; ruas sem edificações. A rua existia sempre como um traço de união entre conjuntos de prédios e por eles era definida espacialmente” (Filho, 1970, p. 22-23, apud Dias e Cardoso, 2025, p. 12)

Essa aparente contradição (Figura 5 e mapas situados no apêndice) ilustra com precisão as motivações que orientam este estudo: compreender como a consolidação de um bairro popular ocorreu em tensão direta com as lógicas patrimoniais e turísticas que guiavam o planejamento urbano de Ouro Preto, revelando as contradições fundamentais entre memória, território e direito à moradia.

Figura 5: vista da Vila Aparecida, à direita, e da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, à esquerda, a partir do adro da Igreja de São Francisco de Paula.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2025.

4.1. O surgimento e a consolidação da Vila

Embora a Vila Aparecida tenha emergido de um processo de autoconstrução¹⁵ coletiva, marcado pela urgência e pela necessidade de seus moradores, sua origem não se deu de maneira totalmente ao acaso, e nem completamente informal. Ainda que as condições físico-espaciais da área fossem desafiadoras desde sua gênese — com terrenos íngremes e infraestrutura precária —, sua ocupação não pode ser caracterizada como ilegal. Documentos localizados no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP), especialmente nos livros de provisões nº 8 e 9 datados entre 1961 e 1971, revelam que diversas parcelas de terra foram concedidas oficialmente pela prefeitura a moradores da cidade por meio do Regime de Foreiro. Esse sistema permitia que o beneficiário ocupasse e utilizasse um terreno público mediante o pagamento anual de um imposto — o foro —, com a possibilidade de futura remição e formalização da posse. Tal política foi implementada durante o primeiro mandato do prefeito Genival Alves Ramalho como resposta à crescente demanda habitacional gerada pela chegada de trabalhadores da empresa Alcan à cidade. O regime de aforamento vigorou até 1º

¹⁵ Conforme Kapp e Cardoso (2013, p. 99), a autoconstrução consiste na participação direta dos moradores ou dos coletivos nos canteiros de obra e, portanto, na execução das moradias. Difere-se da autoprodução, uma vez que esta é referente à gerência dos recursos financeiros e à tomada de decisões sobre a construção, podendo ser executada por terceiros.

de março de 1971, sendo encerrado com o fim da gestão do referido prefeito. Segundo Costa (2011), 216 terrenos foram cedidos nesse regime, o que acelerou o crescimento da Vila em um período menor do que 20 anos.

Ainda que a prefeitura tenha cedido os terrenos com o intuito de abrigar a crescente população de trabalhadores, sua atuação se limitou à concessão formal da posse, sem assumir a responsabilidade pela criação de condições mínimas de urbanização. Faltaram-lhe tanto a infraestrutura técnica quanto a intenção política de garantir a viabilidade de abertura das vias, o parcelamento adequado do solo ou mesmo a articulação desses novos assentamentos com o tecido urbano — sobretudo com os espaços públicos e comunitários — já consolidado. Na prática, coube aos próprios moradores improvisar soluções para o acesso, a drenagem, o escoamento de esgoto e até a definição do traçado das ruas.

As cartas de aforamento, documentos que formalizavam a cessão dos terrenos, continham apenas informações básicas — medidas lineares e delimitações dos lotes em relação aos vizinhos lindeiros — (figura 6), sem diretrizes urbanísticas ou regulamentos construtivos que orientassem o crescimento ordenado do bairro. Dessa forma, a ocupação da Vila Aparecida se deu à margem de qualquer planejamento prévio, construindo-se como uma malha urbana viva, nascida das trocas, negociações e adaptações cotidianas de seus próprios habitantes com a anuência da prefeitura.

O sr. Genival Alves Ramalho [...] resolveu, conceder ao requerente o aforamento de um lote de terreno, situado no lugar denominado: Vila Nossa Senhora Aparecida [...] com a área de 150m², ou seja 10m de frente por 15m de fundo, tendo as seguintes divisas: frente com um caminho ali existente, fundos com outro caminho ali existente, direita com terrenos devolutos, esquerda com terrenos devolutos, fica desde já na posse do mencionado terreno e de todos os direitos que a lei lhe confere (Livro de Provisões e Aforamentos, v. 8, p. 189. Acervo do APMOP, 1969).

Figura 6: Carta de aforamento de um terreno situado na Vila Aparecida.

189

de 1969. Sr. Genival Alves Ramalho - Prefeito Municipal - Romulo S. Baranelli - Secretário
Tafão 21/4 Pague nos 3000 em 18-6-69

Provisão

O sr. Genival Alves Ramalho, Prefeito Municipal de Ouro Preto, na forma da lei e etc. Atendendo ao que lhe requeriu o sr. Sebastião Circunscrito da Silva e tendo em vista as informações prestadas a respeito, resolveu, conceder ao requerente o aforamento de um lote de terreno, situado no lugar denominado: Vila Chessa Sanhera Aparecida no 12 Sub-distrito de Ouro Preto nesta com a área de 150 m² ou sejam 10 mts. de frente, por 15 mts. de fundos, tendo as seguintes divisas: frente com um caminho ali existente, fundos com outro caminho ali existente, direita com terrenos devolutos, esquerda com terrenos devolutos fica desde já na posse do mencionado terreno e de todos os direitos que a lei lhe confere, reservando os direitos de terceiros, na obrigação de pagar os foros que lhe foram cedrados, e respeitar o disposto nos artigos 13, 14, 15 e seus parágrafos do Estatuto Municipal, na obrigação de pagar 1/10 de ad-valore no caso de alienação, não podendo transferir o mencionado terreno, sem prévia licença desta Prefeitura. Para seu título e garantia, mandei datilografar a presente provisão, que vai abaixo assinada, pelo secretário da Prefeitura, e devidamente referendada pelo sr. Prefeito Municipal. Dada e passada nesta secretaria em 4-6-1969.

Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 4 de Junho de 1969. Secretário Romulo S. Baranelli. Prefeito Municipal: Dr. Genival Alves Ramalho.

Obs: O aludido terreno foi permutado, não deve ser cobrado nenhum aforamento.

Ouro Preto, 23/6/69.

Prefeito Municipal: Dr. Genival Alves Ramalho.

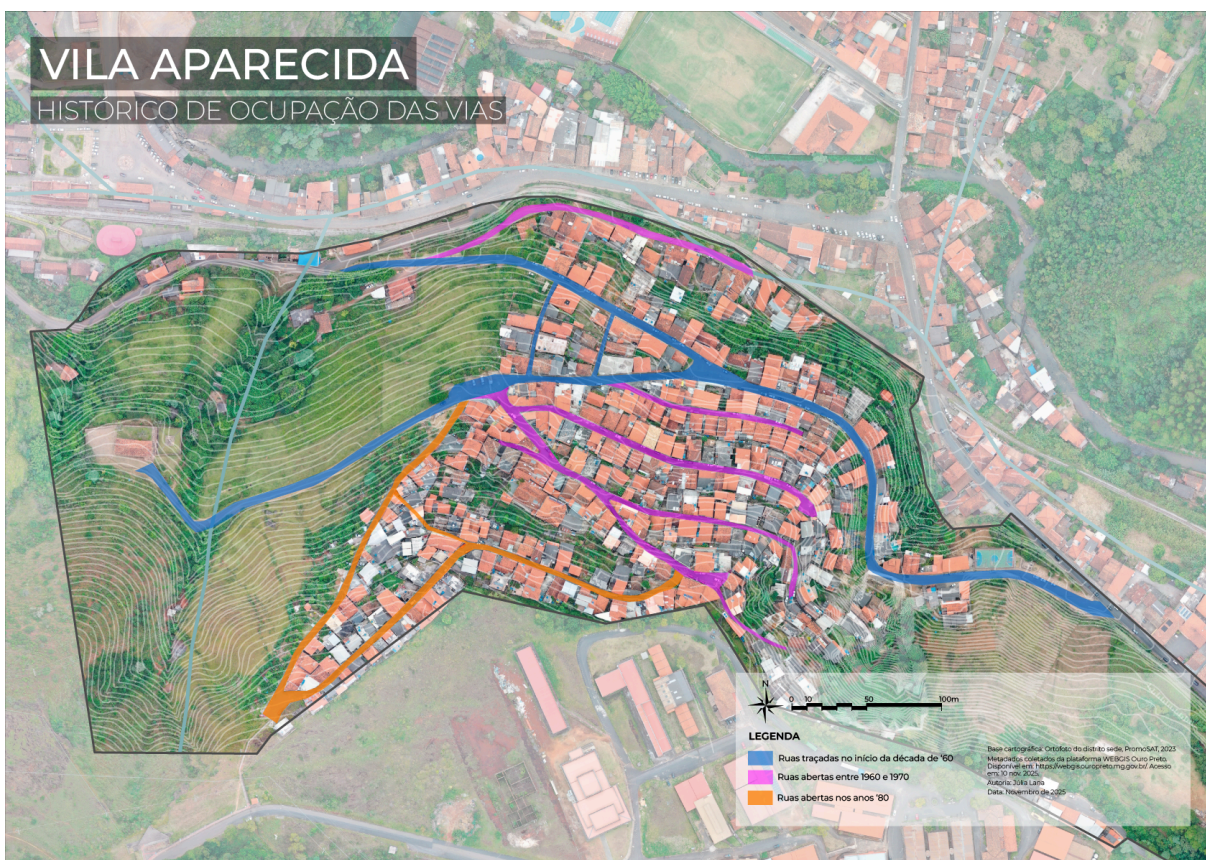
Fonte: Acervo do APMOP, 1969.

O período de maior expansão da Vila Aparecida ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980 — intervalo em que convergiram fatores decisivos para sua consolidação urbana. Nos anos 1960, o regime foreiro ainda vigorava, permitindo a concessão formal de terrenos aos moradores por meio do pagamento de foro anual à prefeitura. Já na década de 1980, a presença da ALCAN em Ouro Preto atingia seu auge, gerando um volume expressivo de empregos e estimulando a fixação de trabalhadores na região. Nesse contexto, o poder público municipal passou, ainda que de forma tardia e parcial, a promover a instalação de infraestrutura básica no

bairro, enquanto o IPHAN iniciou sua atuação mais efetiva na vigilância e na normatização em relação às novas edificações (Santana, 2012).

Esse processo de adensamento habitacional também se reflete na morfologia do assentamento, que revela duas lógicas distintas de ocupação ao longo do tempo. As primeiras vias, abertas coletivamente pelos próprios moradores, seguem uma orientação paralela às curvas de nível da encosta, respeitando as condicionantes topográficas e garantindo maior estabilidade às moradias. Já as vias implantadas a partir da década de 1980, quando o crescimento da Vila Aparecida se intensificou e passou a ocorrer de forma mais desordenada, desconsideram essa lógica inicial, cortando o terreno em direções perpendiculares e gerando trechos de acentuada declividade (ver figura 7 e apêndice). Essa transição na configuração urbana evidencia não apenas o esgotamento das áreas mais propícias à ocupação, mas também a ausência de uma política de ordenamento territorial capaz de orientar o crescimento do bairro com base em critérios técnicos e socioambientais.

Figura 7: Mapa de histórico de ocupação das vias.



Ainda nos aspectos internos da Vila Aparecida — antes de avançar para a análise de sua conformação na paisagem urbana —, sobressai-se uma malha viária

marcada por caminhos estreitos, sinuosos e, em muitos casos, por travessias improvisadas em terrenos de alta declividade. Segundo levantamento realizado por Santana (2012, p. 78), é recorrente a presença de ruas sem saída e com condições precárias para a circulação e manobra de veículos, resultado direto de uma lógica de implantação viária posterior à edificação das moradias. A configuração dessas vias mais recentes foi, dessa forma, moldada a partir da presença das construções preexistentes, o que limita seu traçado e funcionalidade.

As passagens transversais às ruas principais, projetadas informalmente para facilitar o deslocamento de pedestres ao longo do relevo acidentado, assumem a forma de escadarias de espelhos muito elevados e degraus irregulares, que comprometem a acessibilidade e a segurança. No parcelamento interno dos lotes, observa-se um padrão de ocupação intensiva: as residências, em sua maioria, ocupam toda a extensão do terreno, sem recuos frontais, laterais ou de fundo, o que reduz — pode-se considerar que até mesmo erradica — tanto as áreas livres quanto a ventilação entre as edificações (figuras 8, 9, 10 e 11).

Esses elementos — o adensamento construtivo, a precariedade das vias e a inexistência de planejamento formal — revelam uma urbanização conduzida e moldada pelas necessidades habitacionais imediatas da população e por transformações internas dos núcleos familiares, como ampliações, subdivisões e transferências patrimoniais entre parentes.

Figura 8: Travessia 21 de Abril.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2025.

Figura 9: assentamento da via Miguel Burnier.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2025.

Figuras 10 e 11: declividade acentuada da Rua Santo Antônio do Salto, observada no mirante situado na Rua Xavier da Veiga (Barra).





Fonte: acervo pessoal da autora, 2025.

4.2. Uma mancha no tecido urbano patrimonial?

Não obstante o fato de que a Vila Aparecida tenha sido sistematicamente produzida para absorver o contingente populacional atraído pela industrialização local, o ritmo acelerado de seu adensamento logo chamou a atenção das entidades patrimonialistas, que exerciam significativa influência sobre a formulação e aplicação da legislação urbanística de Ouro Preto (Teixeira, 2015). Isso porque o crescimento espontâneo e autoconstruído do bairro se desenvolvia em paralelo à crescente institucionalização de Ouro Preto como patrimônio cultural e destino turístico de interesse nacional e internacional.

Concomitantemente à rápida ocupação da encosta durante a década de 1960, a cidade logo se tornou alvo do Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas¹⁶, que prenunciava “a conservação de bens culturais e o planejamento urbano visando ao movimento turístico como forma de promover o desenvolvimento” (Ribeiro, 2013, p. 55). Nesse contexto, Ouro Preto passou a ser

¹⁶ Criado na década de 1950, esse projeto de iniciativa da Unesco tinha por objetivo cooperar com governos nacionais na preservação dos seus respectivos patrimônios materiais, além de ampliar o turismo cultural como forma de garantir a valorização de cidades históricas.

observada e avaliada pelas Missões da Unesco resultantes do Programa de Assistência, que buscavam identificar cidades em processo de desenvolvimento, sobretudo do sul global, com potencial de serem transformadas em polos de turismo histórico.

Dois episódios foram marcantes nesse contexto de Missões: a chegada de Paul Coremans¹⁷, em 1964, e a estadia do consultor do patrimônio Michel Parent¹⁸, entre 1966 e 1967. Ambos foram responsáveis por destacar os potenciais turísticos do Brasil a partir da valorização de seu patrimônio material. Parent, em especial, concebeu a ideia de “cidades de arte”, que deveriam ser preparadas e instrumentalizadas para se tornarem espaços de contemplação e consumo cultural, como destaca Ribeiro (2013, p. 55):

Parent privilegiou, em sua proposta, o que chamou de cidades de arte. Essa escolha também demandou um modo de operacionalização das sugestões apresentadas por ele, o que permitiria a preparação dessas cidades de arte para serem cultuadas, para informar, divertir e atrair turistas. O cenário da vida cotidiana, das festas e do turismo era a cidade de arte e os espaços conformados pelos monumentos e conjuntos notáveis, a serem tratados como um ativo econômico.

Essa concepção consolidou o tratamento do espaço urbano de Ouro Preto como um recurso patrimonial e turístico, orientando políticas e discursos que buscavam a homogeneização da paisagem urbana local. Esse direcionamento foi corroborado durante as visitas de Alfredo Viana de Lima, arquiteto português enviado pela Unesco com a missão de elaborar um plano de conservação para a cidade e, posteriormente, contratado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN, segunda denominação do atual IPHAN) para elaboração de um plano diretor para Ouro Preto (Pereira, 2012, p. 123). Amparado pelas orientações das missões anteriores de Coremans e Parent, Lima produziu, entre 1968 e 1970, dois relatórios¹⁹ que tinham como objetivo estabelecer “condições pelas quais o crescimento habitacional existente não interfira ruinoso e

¹⁷ Químico belga, atuante na área de Conservação e Restauro e criador do Real Instituto de Estudo e Conservação do Patrimônio Histórico e Artístico de Bruxelas (Leal, 2011).

¹⁸ Inspetor e técnico do Serviço Principal de Inspeção de Monumentos e de Inspeção de Sítios na França (Leal (org.), 2008, p.13).

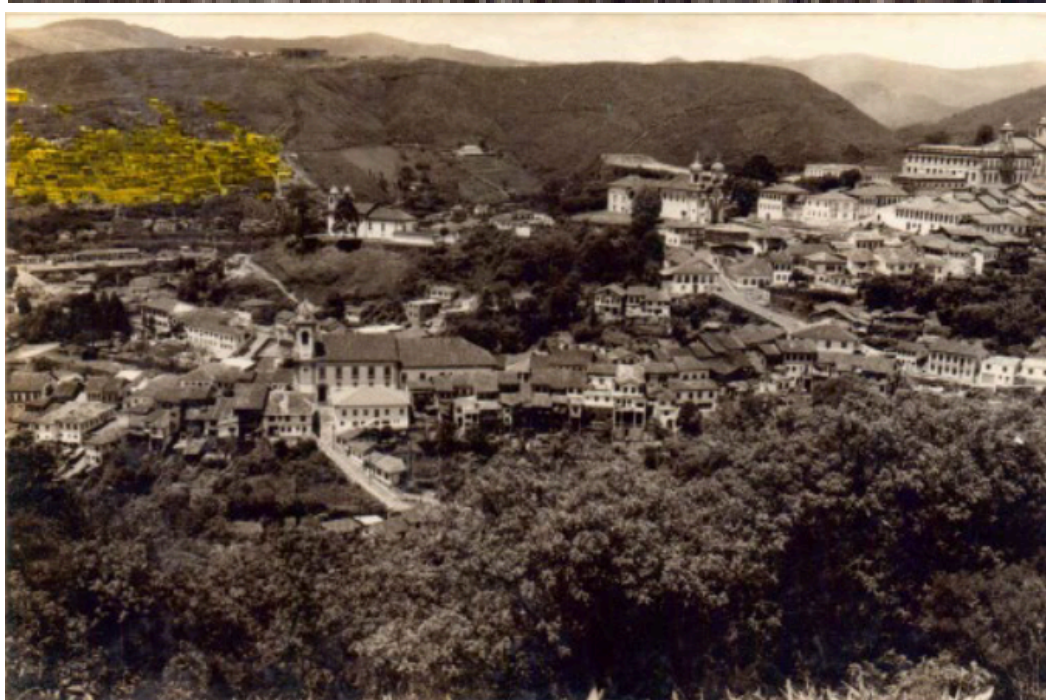
¹⁹ Plano de Renovação e Valorização de Ouro Preto – Outubro a Dezembro de 1968 e Plano de Renovação e Valorização de Ouro Preto (segundo volume) – Setembro a Novembro de 1970. Pereira (2012) aponta que a publicação do primeiro relatório se deu em 1970, por conta do processo de compatibilização em relação aos pareceres realizados previamente por Michel Parent, enquanto o segundo foi publicado somente em 1972, prescindindo de pesquisas e levantamentos aerofotogramétricos da cidade pela falta de tempo hábil para a realização do relatório.

Figura 13: núcleos urbanos a construir (em vermelho), a demolir (em amarelo) e a recuperar (em rosa).



Fonte: primeiro volume do Plano de Renovação e Valorização de Ouro Preto - prancha 10. **Data:** 1969.

Figuras 14 e 15: Vila Aparecida identificada como área a demolir



Fonte: segundo volume do Plano de Renovação e Valorização de Ouro Preto. **Data:** 1970.

Assim, observa-se que a proposta privilegiava a preservação visual e a monumentalidade do núcleo histórico em detrimento da organização e do ordenamento das franjas urbanas da cidade. Nesse contexto, a única região indicada para o adensamento e para a ocupação controlada foi a área correspondente ao bairro Cabeças — que, por ser situado no perímetro de proteção patrimonial, também teria sua expansão cerceada. Isso evidenciou a seletividade do plano e a falta de atenção às demandas habitacionais emergentes, impulsionando sucessivas tentativas de remoção e de apagamento abrupto de territórios populares, cujas comunidades não eram consideradas na formulação do planejamento urbano da cidade a que pertenciam.

4.3. As narrativas políticas por trás das tentativas de planejamento urbano

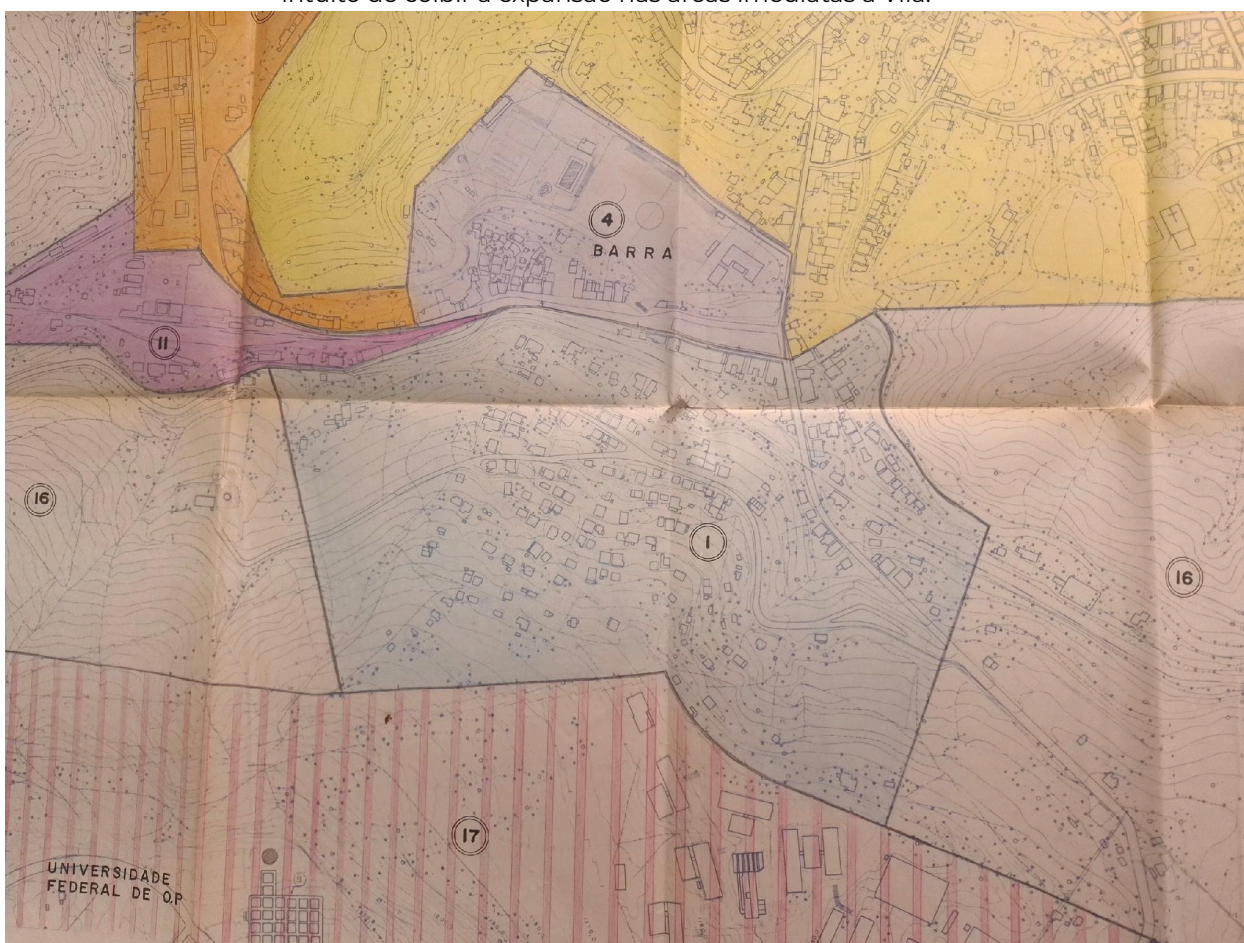
Embora o plano diretor de Viana de Lima, encomendado pelo DPHAN, não tenha sido efetivamente concretizado, o Plano de Renovação e Valorização de Ouro Preto (1968-1970) abriu precedentes para o surgimento de outros planejamentos e diretrizes de caráter heterônomo — isto é, orientados por regulamentações em que “quem o define é sempre o ‘outro’ (*heteros*), seja o poder público, as empresas, os agentes financiadores etc. Eles, e não os moradores, tomam as decisões e gerem os recursos” (KAPP; CARDOSO, 2021, p. 99).

Nesse mesmo período, paralelamente aos relatórios produzidos por Lima, é instituído um órgão com finalidade institucional de realizar pesquisas, estudos e diagnósticos de natureza social, econômica, administrativa e tecnológica em Minas Gerais, com apoio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Trata-se da Fundação João Pinheiro (FJP), criada pela Lei n. 5.399 de 1969, pelo governo estadual, com a prerrogativa de atuar em cooperação com órgãos públicos e privados no campo do desenvolvimento regional. Sob demanda do IPHAN e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), a FJP assumiu papel central na elaboração do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana (PCVD), cuja formulação teve início a partir de seminários ministrados por Viana de Lima, de modo a dar continuidade às diretrizes lançadas no Plano de Renovação.

Por consequência, o PCVD não apresentou rupturas significativas em relação ao plano de Viana de Lima — ao menos no que se refere ao planejamento

cartográfico. As áreas que, no primeiro plano, eram classificadas como zonas de degradação da paisagem — e que, não por acaso, correspondiam justamente às expansões informais e aos territórios populares — passaram apenas por uma suavização semântica: foram redefinidas como “áreas a remanejar”, entre as quais figuravam os bairros Veloso, Santana, Morro São Sebastião, Saramenha e Vila Aparecida (figura 16).

Figura 16: Vila Aparecida (hachura 1 - azul) definida como área a remanejar pelo PCVD. Às margens esquerda e direita (hachura 16 - branco), estão as zonas de proteção definidas pelo IPHAN, com o intuito de coibir a expansão nas áreas imediatas à Vila.



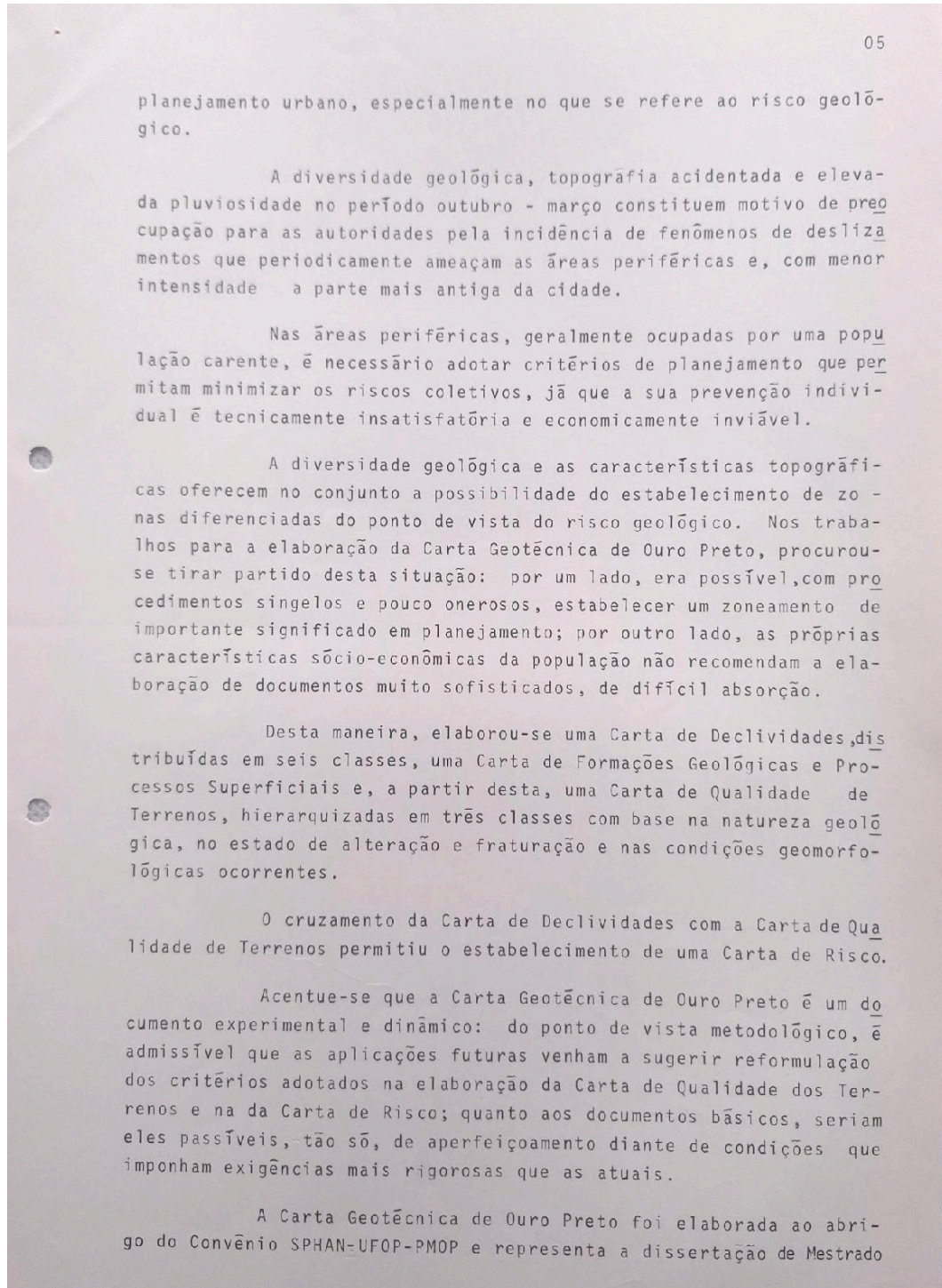
Fonte: Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, 1975.

Não obstante, o memorial do PCVD entregue à prefeitura passou a reconhecer os impasses habitacionais que afetavam a cidade, incorporando as primeiras discussões sobre a mitigação dos riscos geológicos e sobre o déficit habitacional. Com isso, tornou-se um marco precursor no planejamento voltado às necessidades dos moradores, como será discutido adiante neste trabalho.

A diversidade geológica, topografia acidentada e elevada pluviosidade no período outubro - março constituem motivo de preocupação para as autoridades pela incidência de fenômenos de deslizamentos que periodicamente ameaçam as áreas periféricas e, com menor

intensidade, a parte mais antiga da cidade. Nas áreas periféricas, ocupadas por uma população carente, é necessário adotar critérios de planejamento que permitam minimizar os riscos coletivos, já que a sua proteção individual é tecnicamente insatisfatória e economicamente inviável (Fundação João Pinheiro. Acervo do APMOP, 1975).

Figura 17: trecho do dossiê do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.



Fonte: Fundação João Pinheiro. Acervo do APMOP, 1975.

No conjunto de documentos que compõem as tentativas recentes de controle da expansão urbana às margens do Morro do Cruzeiro, o Parecer Técnico nº 228/2013

– 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal assume papel central na construção de uma narrativa institucional sobre a Vila Aparecida. Elaborado no âmbito de Inquérito Civil (nº 1.22.000.002220/2012-05) instaurado para apurar supostos impactos da ocupação sobre o conjunto urbano tombado, o documento mobiliza argumentos técnicos, jurídicos e paisagísticos que, ao mesmo tempo em que se apresentam como neutros e protetivos do patrimônio, reproduzem leituras hierarquizantes do espaço urbano e das formas populares de produção da cidade. Nesse sentido, o objetivo desta seção, em vez de ser uma tentativa de rebater juridicamente a ação do MPF — o que não cabe ao campo de atuação da autora —, é, na realidade, de realizar uma análise do discurso técnico-político do inquérito, elaborado à margem de uma participação ativa e continuada da população diretamente afetada

Desde suas premissas iniciais — sobretudo por ser subsequente ao Estudo de Impacto de Vizinhança analisado no Parecer Técnico nº 38/2012 – 4ª CCR²⁰, referente à ampliação do campus do IFMG —, o referido documento estabelece uma oposição simbólica entre o centro histórico, entendido como espaço legítimo, ordenado e portador de valor universal, e a Vila Aparecida, caracterizada como área irregular, que provoca interferências negativas na paisagem cultural protegida, em especial pela suposta “descaracterização da moldura vegetal do sítio tombado” (Parecer Técnico nº 228/2013 – 4ª CCR, p. 1). Essa argumentação deriva diretamente de um estudo paisagístico presente no parecer nº 38/2012, que alega:

A Vila Aparecida é a ocupação urbana que mais interfere na visada da moldura do sítio tombado inicialmente pensada para ser de vegetação. Isso porque essa ocupação territorial eliminou quase totalmente a massa vegetal do trecho da vertente. A Vila Aparecida continua em franca expansão no sentido de crescimento vertical de suas residências, o que contribui para a redução da ambiência setecentista no Centro Histórico de Ouro Preto. (Parecer Técnico nº 38/2012 – 4ª CCR, p. 20)

²⁰ Esse parecer se dispõe de análises quanto às legislações urbanísticas (artigo 165 da Lei Orgânica do Município) e patrimoniais (Decreto-Lei nº 25/1937, Lei 708/2011 do município e Portaria nº 312/2010 do IPHAN) para a construção de novos edifícios no campus do IFMG, situado em uma Zona de Desenvolvimento Educacional (ZDE). Já nessa situação, o parecer aponta a possibilidade de criação de impactos negativos “relacionados à preservação da moldura paisagística da Cidade Monumento Mundial, à geração de tráfego na região e adensamento populacional na vizinhança” (Parecer Técnico nº 38/2012 – 4ª CCR, p. 6) devido a um descumprimento em relação à horizontalidade e à otimização da ocupação do terreno, tendo em vista que essas novas edificações seriam construídas em um ponto mais elevado, próximo a uma encosta direcionada ao Centro Histórico. Após uma análise paisagística do entorno do campus, o parecer aponta a Vila Aparecida como outro fator danoso para o enquadramento do conjunto histórico, antecedendo o Inquérito supracitado.

Essa dicotomia não se constrói apenas no plano descritivo, mas estrutura todo o raciocínio técnico do documento, que passa a tratar a ocupação como um elemento externo e dissonante em relação à lógica urbana considerada aceitável. Ao fazê-lo, o inquérito desconsidera os processos históricos e sociais que levaram à consolidação do bairro — como o aforamento de terras e outras formas de cessão fundiária —, bem como as condições estruturais de acesso à moradia em Ouro Preto, deslocando o foco do debate para uma leitura estritamente visual e normativa da paisagem. Em contraste com o que foi constatado na pesquisa documental realizada no acervo do APMOP, o parecer sustenta, em diferentes passagens, interpretações que reforçam a ideia de excepcionalidade e irregularidade da ocupação popular, ao afirmar que:

o único conjunto novo “oficialmente autorizado” a construir-se fora do perímetro urbano classificado é a universidade federal da cidade, cujo edifícios, visíveis na encosta, foram intencionalmente encobertos por uma cortina de frondosos eucaliptos. (Parecer Técnico nº 228/2013 – 4ª CCR, p. 2)

E que:

ocorreram dois incêndios no cartório de registro de imóveis, que resultaram na perda de cadastros e de grande parte da documentação referente aos processos de regularização de posse, identificação do ocupante, etc. Como se perderam muitos registros de propriedade, quem não tinha registro aproveitou a situação para dizer que o perdeu no incêndio. (Parecer Técnico nº 228/2013 – 4ª CCR, p. 3)

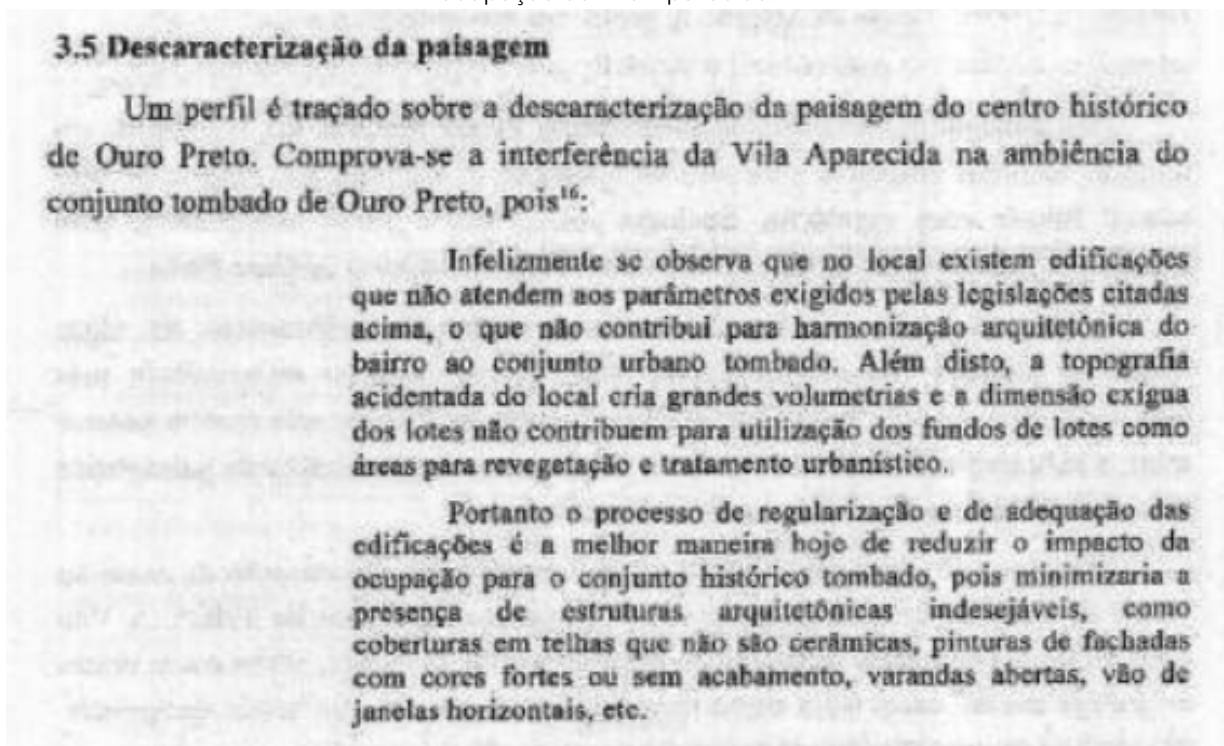
Apesar de reconhecer que há registros no APMOP indicando que parte significativa dessas terras foi destinada à ocupação por meio de medidas emergenciais para contenção do crescimento populacional — ou mesmo por estratégias políticas adotadas à época —, e ainda que o próprio parecer admita que a Vila Aparecida “já era consolidada antes da criação da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano²¹” (Parecer Técnico nº 228/2013 – 4ª CCR, p. 5), o documento induz a uma leitura segundo a qual a ocupação do bairro teria

²¹ Secretaria criada em 2006 e desmembrada em 2013, na gestão do prefeito José Leandro Filho, entre Secretaria de Patrimônio e Cultura e Secretaria de Obras e Serviços. Em 2021, na governança do Prefeito Ângelo Oswaldo, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a moldes

ocorrido de forma imprevista, desordenada ou desprovida de qualquer tipo de anuência institucional.

Na sequência, ao discutir a suposta descaracterização da paisagem, o parecer adota um discurso fortemente orientado pela estética monumental e pela visibilidade do patrimônio tombado, reforçando a lógica segundo a qual ocupações periféricas devem ser compreendidas como ameaças a serem contidas, corrigidas ou eliminadas. Termos como “interferência”, “desarmonia”, “indesejável” e “despadronizado” são recorrentemente utilizados para caracterizar áreas que, implicitamente, não deveriam ser habitadas, sobretudo por integrarem a “moldura”, o “cenário” ou o “pano de fundo” da cidade setecentista (Figura 18). Essa abordagem dialoga diretamente com o conceito de *colonialidade do saber*, discutido no Capítulo 3, ao estabelecer quais estéticas são legitimadas na paisagem urbana e ao produzir hierarquias espaciais baseadas em critérios técnicos que ocultam disputas sociais, raciais e econômicas subjacentes.

Figura 18: trecho do Parecer quanto à descaracterização da paisagem patrimonial por conta da ocupação da Vila Aparecida.



Fonte: Parecer Técnico nº 228/2013 – 4ª CCR. Acervo da disciplina ARQ142, 2024.

Além disso, o documento recorre de forma reiterada à noção de “impacto” — seja ele paisagístico, ambiental ou urbanístico — sem problematizar os parâmetros a partir dos quais esse impacto é mensurado. Ao tratar a presença da Vila Aparecida

como fator de desvalorização do conjunto urbano histórico, sobretudo por não mimetizar a estética colonial prevista pela Portaria nº 312/2010 do IPHAN (figura 19), o parecer naturaliza a ideia de que a cidade deve ser preservada prioritariamente como objeto de contemplação e consumo turístico, em detrimento de seu caráter de espaço vivido. Tal racionalidade reforça uma lógica moderno-colonial que separa o patrimônio da vida cotidiana, convertendo-o em mercadoria simbólica e relegando as populações populares à condição de entraves ao desenvolvimento urbano considerado “adequado”.

Figura 19: tabela anexa ao Parecer com parâmetros urbanísticos de ocupação do solo segundo lei municipal e segundo a Portaria nº 312/2010 do IPHAN.

DENOMINAÇÃO	REGRA	
	MUNICIPAL: Lei Complementar nº 93/2011 (Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Ouro Preto)	FEDERAL: Portaria nº 312/2010 do IPHAN (dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto)
Zona	ZAR-3 — Zona de Adensamento Restrito do tipo 3 (art. 9º, par. único, III)	AP-02 — Área de Preservação 2 (art. 49)
Altura máxima de edificação	condicionada à análise da face do quadra (art. 45, § 3º)	12m a partir da menor cota de implantação e 3 pavimentos (art. 51, IV)
Cobertura	-	em telha cerâmica, com inclinação média entre 25% e 40%, pano voltado para a via pública (art. 51, I)
Fachadas	-	com esquadrias em madeira, alvenarias externas rebocadas e pintadas em cores claras, vãos predominantemente verticais, manutenção do ritmo de cheios e vazios (art. 51, II)
Tipologia estrutural	-	vedada inserção de edificações com trama estrutural vazada e elementos estruturais aparentes (art. 51, III)
Altura máxima de muro	-	2,10m (art. 51, V)
Porta	-	arquitetura de grande porte desestimulada, salvo se houver valorização arquitetônica e paisagística (art. 51, VI)
Construções históricas	-	manter características (art. 51, VII)
Delimitação de edificações situadas (existentes)	-	seguir alinhamento predial predominante (art. 51, VIII)
Topografia	-	apresentar justificativa para aterro ou corte de terreno superior a 4m (art. 51, IX)

Fonte: Parecer Técnico nº 228/2013 – 4ª CCR. Acervo da disciplina ARQ142, 2024.

Outro aspecto relevante do inquérito diz respeito à forma como ele atribui protagonismo quase exclusivo aos agentes institucionais e técnicos — como órgãos de preservação, especialistas e representantes do poder público —, ao passo que as vozes dos moradores da Vila Aparecida são desvanecidas ou simplesmente ausentes do processo decisório. Tal assimetria evidencia um modo de produção do espaço urbano marcado pela heteronomia, no qual as decisões

sobre o território são tomadas de fora para dentro, sem o reconhecimento dos saberes locais, das práticas cotidianas e das formas de pertencimento construídas historicamente pela comunidade.

Apesar do detalhamento dedicado à suposta descaracterização paisagística e da ênfase na definição de parâmetros de conformação à estética e à materialidade da arquitetura colonial, o parecer revela fragilidades ao não indicar soluções concretas para os impasses que ele próprio identifica. Isso pode ser observado nos seguintes trechos:

A comunicação encaminhada pela Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano não contém parecer sobre a suficiência das informações para solucionar a descaracterização paisagística provocada pela Vila Aparecida em Ouro Preto. (Parecer Técnico nº 228/2013 – 4ª CCR, p.6)

E também:

Das informações constantes dos autos, não há identificação de medidas efetivas para minimizar a interferência cultural e promover a ordenação territorial da Vila Aparecida. O que foi relatado não proporciona a mudança para adequar o tecido urbano da vertente oposta do núcleo colonial à **moldura** paisagística necessária. (Parecer Técnico nº 228/2013 – 4ª CCR, p.7)

Os encaminhamentos decorrentes desses pareceres resultaram, ao longo de mais de uma década, em sucessivas ações de mobilização de equipes multidisciplinares voltadas ao mapeamento do bairro, à identificação de supostas irregularidades na ocupação do solo e à elaboração de laudos técnicos que antecederam recomendações à Prefeitura Municipal (Notificações nº 425/2023 e nº 428/2023 – PRMG/GAB/SCG). Tais ações visaram, sobretudo, “apaziguar” os chamados “danos” à ambiência e apresentar uma “proposta de requalificação urbanística do referido bairro” (Comunicação Interna nº 000389/2023/PGM), reforçando uma abordagem centrada na correção formal do espaço, mais do que na melhoria das condições de vida da população local.

Como forma de síntese, é importante ressaltar que o Inquérito Civil não deve ser compreendido como um instrumento jurídico isolado, mas como parte de um dispositivo mais amplo de controle sócio-espacial, no qual se articulam preservação patrimonial, planejamento urbano e poder institucional para regular — e, em última instância, restringir — a permanência de populações populares em áreas consideradas sensíveis do ponto de vista simbólico e turístico. Nesse

contexto, a Vila Aparecida é menos analisada como território vivo, produzido por relações sociais e práticas cotidianas, e mais enquadrada como um problema técnico a ser solucionado, o que reforça práticas históricas de exclusão urbana.

À luz das discussões desenvolvidas nos capítulos anteriores, especialmente aquelas relacionadas à decolonialidade do planejamento urbano e ao direito à cidade, torna-se imperativo divergir de uma leitura da cidade que privilegia a ordem, a estética e a excepcionalidade patrimonial em detrimento da justiça sócio-espacial. Criticar esse documento, portanto, não significa negar a importância da preservação do patrimônio de Ouro Preto, mas questionar os limites de uma política urbana que, ao proteger a cidade enquanto imagem, acaba por deslegitimar aqueles que a produzem e a habitam cotidianamente.

5. NARRATIVAS DE DENTRO: A VILA APARECIDA PELA COMUNIDADE DO BAIRRO

Esta etapa da pesquisa compreende uma necessidade de buscar e de reconhecer uma história outra — existente, porém dissidente das narrativas oficializadas da cidade. Isso porque essas narrativas contribuíram, ao longo da formação da sede de Ouro Preto, para a segregação de diversos grupos sócio-espaciais da cidade — especialmente a população de baixa renda — e também para a hierarquização, por critérios de valor, dos monumentos, das paisagens culturais e dos lugares de memória. Como reforçado ao longo deste trabalho, trata-se de uma tentativa de leitura à contramão de uma história que privilegia determinados marcos simbólicos da cidade em detrimento das vivências cotidianas e dos territórios produzidos por grupos historicamente marginalizados.

Nesse sentido, a escuta atenta da comunidade da Vila Aparecida e dos representantes da Associação de Moradores — atualmente, sob a denominação “UNIVILA”²² — se faz pertinente a esse objetivo, de modo a transpor barreiras de cerceamento e de apagamento, reconhecendo e corroborando a legitimação de vozes que, por muito tempo, permaneceram à margem dos processos de produção e de construção da historiografia urbana.

Para a realização deste levantamento de caráter histórico-oral, optou-se pela adoção de procedimentos de pesquisa-ação no âmbito do projeto *Produção sócio-espacial de moradias populares em Ouro Preto: possibilidades e limites*, vinculado ao edital PIP-1S/UFOP nº 13/2025-26. No decorrer dessa etapa, foram realizadas tentativas de contato e de mobilização junto a organizações e representantes considerados centrais para a dinâmica comunitária do bairro. Entre eles, destacam-se a Associação de Moradores — cujo primeiro contato ocorreu em 4 de dezembro de 2025 e resultou na entrevista aqui analisada — e a Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, contatada em 13 de dezembro de 2025, cuja interlocução, entretanto, mostrou-se pouco convergente com os objetivos específicos desta ação²³.

²² Anteriormente denominada AMOVILA, sob a gestão de Nilson Gomes, ex-presidente da Associação e atual gerente de Eletrificação da Secretaria de Obras da PMOP.

²³ Uma vez que a conversa com alguns dos integrantes da Paróquia se enveredou mais para a recuperação de um histórico da instituição, em vez de entender como a Igreja atuou durante o desenvolvimento do entorno imediato e na ocupação do bairro.

Não obstante a intenção inicial de ampliar o diálogo com diferentes moradores do bairro, a autora não encontrou condições favoráveis para a realização de entrevistas adicionais no período considerado, em razão de conflitos de agenda com membros da comunidade e das dificuldades de mobilização junto a outros integrantes da UNIVILA. Assim, aquilo que se pretendia constituir como um conjunto plural de narrativas acabou por se concentrar no relato de um único morador, representante da Associação de Moradores. Ainda que tal limitação seja reconhecida, o depoimento obtido revelou-se particularmente significativo, tanto pela disposição do entrevistado em colaborar quanto por sua capacidade de articular, de forma sensível e consistente, memórias relativas à formação do bairro, aos modos de vida cotidianos e às estratégias de organização comunitária. Nesse sentido, a entrevista, embora singular, oferece um recorte denso e qualitativo das narrativas internas da Vila Aparecida, contribuindo de maneira relevante para os objetivos desta etapa da pesquisa.

Por fim, considerando-se as especificidades de uma pesquisa realizada junto a um grupo social — ainda que, nesta etapa, mediada pelo relato de um representante da Associação de Moradores —, cujo objetivo é evidenciar percepções, experiências e narrativas sobre o território e a paisagem, esta ação assume o compromisso ético de resguardar identidades e demais informações sensíveis dos participantes, a fim de preservar sua privacidade e evitar exposições indevidas. Optou-se, assim, por um enfoque analítico centrado nas ocorrências, processos e circunstâncias coletivas evocadas ao longo da entrevista, evitando a individualização excessiva dos relatos.

Fotografias, ilustrações ou outras fontes documentais poderão ser eventualmente mobilizadas como suporte à análise, desde que haja consentimento explícito de seus detentores e que tais materiais não contenham informações de caráter pessoal ou passíveis de identificação direta. Tal postura reafirma o cuidado metodológico da pesquisa e sua vinculação a uma prática investigativa comprometida não apenas com a produção de conhecimento, mas também com o respeito às pessoas, aos vínculos comunitários e às formas locais de narrar e significar o território.

5.1. Diretrizes adotadas na entrevista

Para a elaboração e a estruturação dos fios condutores que orientaram as entrevistas analisadas neste capítulo (ver tópico 5.2. Narrativas da comunidade: memórias e vivências), fez-se necessário, inicialmente, um resgate teórico acerca do próprio método da entrevista, bem como uma reflexão crítica sobre os fatores que orientaram sua escolha no contexto desta pesquisa. A opção por esse procedimento metodológico parte do entendimento de que a entrevista não se limita à coleta de informações e dados — como seria o caso de um questionário objetivo e indutivo —, mas constitui, sobretudo, uma situação de encontro e de produção compartilhada de sentidos. Conforme analisa Kapp (2021b, p. 102):

[...] entrevistas são oportunidades de uma interação com pessoas e mundos que não existiriam por outros meios. Esse é o argumento principal e suficiente a seu favor. Importa observar suas limitações, acirrar a vigilância ética e epistemológica, e ter alguma clareza sobre o que se procura, quem são os potenciais entrevistados, como abordá-los e o que suas expressões significam no processo de pesquisa.

No contexto deste estudo — voltado à investigação de narrativas construídas por grupos sócio-espaciais sobre seus territórios, suas experiências e suas cosmologias — a entrevista se apresenta como uma metodologia apropriada, não apenas por sua capacidade de acessar informações fatuais, mas por permitir o levantamento de saberes afetivos e simbólicos, capazes de emergir das falas, das narrativas e dos subtextos proferidos pelos entrevistados.

Essa escolha metodológica também dialoga com a compreensão de grupo sócio-espacial proposta por Kapp (2021a, p. 170), entendida “como parte de uma teoria em processo, não como produto acabado”. Essa concepção afasta qualquer leitura essencializante ou homogeneizadora dos sujeitos envolvidos e reforça a necessidade de métodos que reconheçam a historicidade, a heterogeneidade e a dinamicidade das experiências coletivas.

Nesse sentido, a entrevista se revela uma metodologia crítica para a produção científica no campo das Ciências Sociais Aplicadas — e, especificamente, na Arquitetura e no Planejamento Urbano — ao romper com abordagens que tratam populações e territórios como objetos passivos de pesquisa e análise. Diferentemente dos procedimentos experimentais próprios das Ciências Exatas ou das Ciências da Natureza, a investigação de grupos sócio-espaciais exige

métodos capazes de lidar com relações, conflitos, memórias e disputas de sentido, reconhecendo os sujeitos entrevistados como agentes produtores de conhecimento e não como meras fontes de dados. Assim, a construção dos fios condutores desta pesquisa buscou equilibrar intencionalidade analítica e abertura de um caráter narrativo (Kapp, 2021b, p. 111), orientando a escuta sem engessá-la, e permitindo que as falas dos entrevistados se desenvolvessem a partir de suas próprias referências, prioridades e experiências territoriais.

Não obstante a intenção de não interferência e de não engessamento da entrevista de viés narrativo, alguns fatores prévios orientaram tanto a apresentação da pesquisa no contexto da reunião com os representantes da Associação de Moradores quanto a formulação inicial dos questionamentos propostos. Antes da escuta propriamente dita, tornou-se fundamental reconhecer quais narrativas sobre a Vila Aparecida já se encontravam consolidadas no debate público, bem como identificar os agentes que historicamente as produziram, legitimaram e difundiram.

Esse levantamento se deu por meio de pesquisas em acervos de fontes primárias e secundárias, bem como em mídias digitais — incluindo sites institucionais, reportagens jornalísticas, blogs e redes sociais. Nesses espaços, foi possível identificar recorrências discursivas relacionadas aos principais impasses enfrentados pelo bairro, tais como as deficiências de infraestrutura urbana, a circulação de anúncios de aluguel e venda de imóveis, análises críticas sobre as interferências do bairro na paisagem patrimonial de Ouro Preto e, ainda, registros das ações, mobilizações e demandas divulgadas pela Associação de Moradores da Vila Aparecida.

O reconhecimento prévio desses conteúdos permitiu delinear um panorama inicial dos eventos, conflitos e desafios que atravessam o cotidiano do bairro, funcionando como base para a formulação das chamadas perguntas-gancho que orientaram a entrevista. Essas perguntas buscaram tensionar essas narrativas hegemônicas e segregadoras, abrindo espaço para que a história da Vila Aparecida possa ser revisitada e recontada a partir das experiências, memórias e percepções de seus próprios moradores.

Desse modo, a entrevista não se constituiu como um instrumento de validação de discursos previamente estabelecidos, mas como um dispositivo crítico de escuta e de produção de uma história outra — situada, plural e enraizada no território —, em consonância com os objetivos centrais desta pesquisa.

5.2. Narrativa da Associação de Moradores: memórias e vivências

A escuta da narrativa tecida na entrevista com a Associação da Vila Aparecida revela uma história do bairro que se distancia significativamente das leituras técnicas e institucionais analisadas nos capítulos anteriores. Ao narrar a formação, o cotidiano e as práticas coletivas do território, o representante da UNIVILA aqui entrevistado rememora uma trajetória marcada pela autoconstrução, pela solidariedade comunitária — como observa-se na Figura 20, em uma ação coletiva para a construção de uma escadaria de fácil acesso à UFOP — e pela constante negociação com o poder público na reivindicação por condições mínimas de vida urbana. Trata-se de uma narrativa situada, produzida a partir de dentro, que reposiciona a Vila Aparecida não como um mancha urbana, mas como um bairro vivo, dotado de redes sociais, equipamentos comunitários e práticas culturais consolidadas.

Figura 20: mutirão para a construção da escadaria que conecta a Rua Santo Antônio do Salto à UFOP.



Fonte: Facebook da AMOVILA (atual UNIVILA). Publicado em março de 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=164965596994270&set=a.164965560327607&type=3&app=fb>. Acesso em 10 jan. 2026.

5.2.1. Formação do bairro e vínculo com a dinâmica de trabalho

Segundo o relato, a consolidação da Vila Aparecida está diretamente associada à dinâmica industrial da cidade, especialmente à instalação e à expansão da Alcan, no distrito de Saramenha, a partir da década de 1970. A proximidade territorial com o polo industrial fez com que trabalhadores oriundos de diferentes distritos de Ouro Preto passassem a ocupar os lotes da encosta, muitas vezes por meio de ocupações iniciais que posteriormente foram regularizadas. Como descreve o entrevistado:

A minha família chegou no bairro na década de 70. Quando a minha família chegou aqui tinha poucas casas. O bairro foi crescendo e desenvolvendo juntamente à Alcan. Porque, como o bairro era próximo à Saramenha, as pessoas dos distritos compravam os lotes... na verdade, os lotes também eram invadidos, construíam e cercavam os lotes, construíam as casas, aí os lotes foram cedidos. (UNIVILA, 2025)

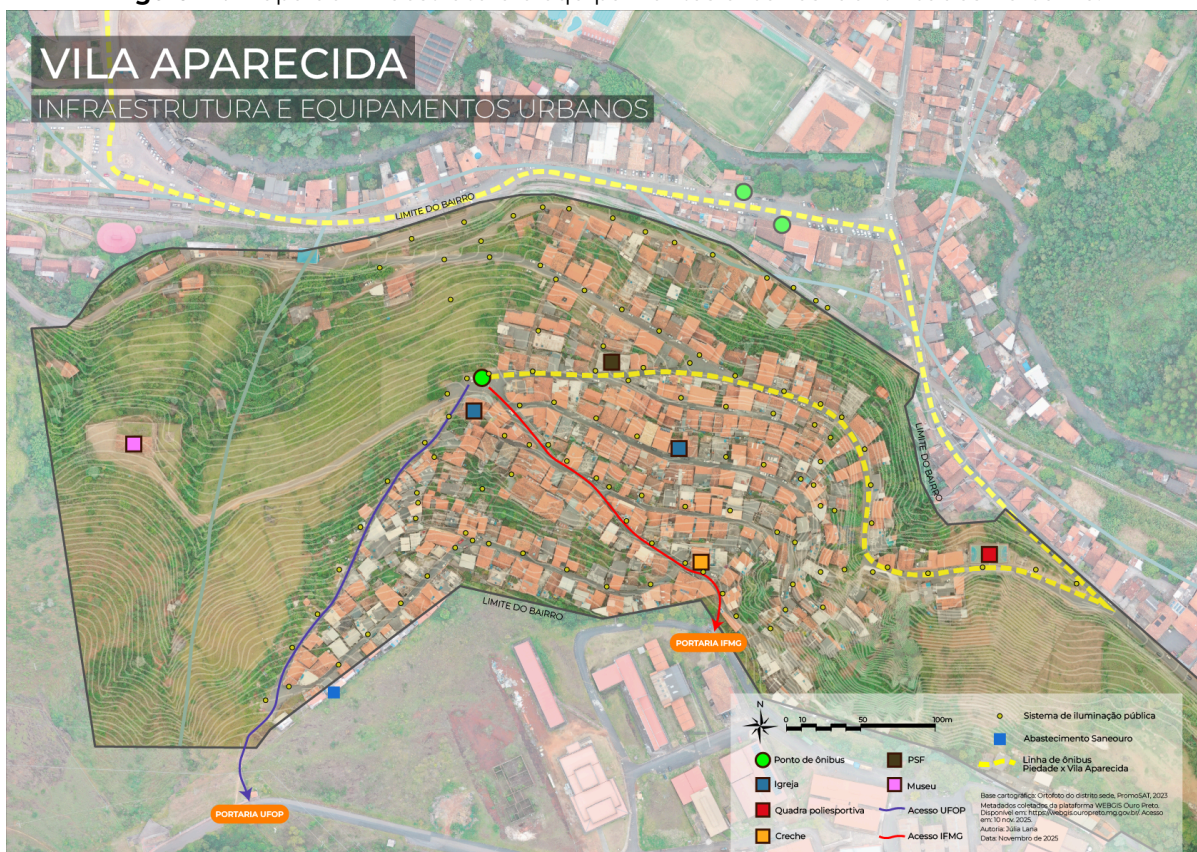
Essa narrativa evidencia um processo de produção do espaço urbano que não se deu de forma aleatória, mas que foi articulado às transformações econômicas da cidade e às estratégias populares de acesso à terra e à moradia. O próprio fato de as ruas do bairro receberem nomes de distritos é mencionado como um indício simbólico dessa origem coletiva, marcada pela migração interna e pela recomposição de laços comunitários no espaço urbano.

5.2.2. Infraestrutura, equipamentos urbanos e limites da governança urbana

Ao abordar a presença de equipamentos públicos no bairro, o representante da Associação reconhece avanços importantes, como a existência de posto de saúde, creche, quadra esportiva e atividades regulares de esporte e cultura. No entanto, ressalta que esses equipamentos funcionam, em grande medida, de forma improvisada ou precária, frequentemente em imóveis alugados pela prefeitura e sem condições adequadas de acessibilidade (conferir mapa da Figura 21, ampliado no apêndice do trabalho):

Hoje nós temos aqui no bairro um posto de saúde alugado pela prefeitura, temos também uma creche também alugada pela prefeitura... Mas a acessibilidade da creche, por exemplo, é mais difícil. O posto de saúde também tem uma acessibilidade muito ruim para as pessoas se locomoverem e entrar lá. (UNIVILA, 2025)

Figura 21: mapa de infraestrutura e equipamentos urbanos identificados no bairro.



Fonte: Ortofoto do distrito sede disponibilizado na plataforma WEBGIS, modificado pela autora. Novembro de 2025.

A fala explicita uma contradição recorrente no planejamento urbano de Ouro Preto: embora o bairro seja reconhecido como parte da malha urbana consolidada, a provisão de infraestrutura e de equipamentos públicos ocorre de maneira fragmentada, reativa e insuficiente. Ainda assim, o relato demonstra que a Associação de Moradores atua de forma ativa junto ao poder público, participando de negociações para a desapropriação de terrenos e a construção de equipamentos permanentes, envolvendo diferentes secretarias municipais (Figura 22).

Figura 22: solicitação de imóvel às secretarias de Saúde, Educação e Ação Social para a instalação de creche, posto de saúde e sede da Associação do bairro.



Fonte: Facebook da AMOVILA (atual UNIVILA). Publicado em março de 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=168252539998909&set=a.495853592726049&type=3&app=fbl>. Acesso em 10 jan. 2025.

Nesse mesmo contexto, a quadra esportiva é colocada como um espaço central de sociabilidade e de produção do cotidiano comunitário. Mesmo reconhecendo melhorias recentes — como a substituição da iluminação por refletores de LED —, o representante da Associação aponta limitações estruturais persistentes, como a ausência de cobertura, banheiros e pontos de água. Ainda assim, o espaço abriga atividades diversas, como eventos culturais (Figura 23), aulas de capoeira (Figura 24) e ginástica, evidenciando sua importância para a vida social do bairro. A fala

também revela uma apropriação crítica do espaço urbano, ao reivindicar a reorganização dos equipamentos existentes de acordo com as necessidades locais, como a substituição da academia ao ar livre por um parquinho infantil, deslocando a academia para áreas mais adequadas ao perfil de uso da população.

Figura 23: ação social das Repúblicas Federais de Ouro Preto e dos cursos da UFOP na quadra do bairro.



Fonte: Verbalize! Jr - Empresa Júnior de Jornalismo. Setembro de 2014.S

Figura 24: prática de capoeira na quadra.



Fonte: Verbalize! Jr - Empresa Júnior de Jornalismo. Setembro de 2014.

5.2.3. Festividades, cultura e afetividade territorial

Na condução desse relato, foi possível perceber que práticas festivas e culturais ocupam papel de grande relevância na construção do pertencimento e da identidade comunitária da Vila Aparecida. Festas religiosas, eventos voltados às crianças, atividades de lazer e manifestações culturais — como a Fanfarra e o bloco de carnaval ‘Os Possuídos’ (Figuras 25 e 26) — são descritos como momentos de fortalecimento dos vínculos sociais e de ocupação simbólica do espaço público:

Hoje nós temos aqui a principal festa, que é a Festa de Nossa Senhora de Aparecida. No dia 12 de outubro a gente também faz a festa das crianças. No final do ano tem o Natal das Crianças... Temos também o bloco de carnaval do bairro, Os Possuídos, que ficou parado por uns anos, mas voltou há dois anos. (UNIVILA, 2025)

Figuras 25 e 26: apresentação do bloco Os Possuídos na Praça Tiradentes.



Fonte: Ane Souz. Divulgação na página do Instagram “Eventos de Ouro Preto”. Fevereiro de 2025.

A organização desses eventos, frequentemente realizada por meio de parcerias com instituições como o IFMG e com coletivos locais, demonstra a capacidade de articulação da comunidade e sua autonomia na produção de práticas culturais, mesmo diante das limitações estruturais impostas pela ausência de investimentos públicos contínuos.

5.2.4. Mobilidade urbana, conexões territoriais e estratégias de acesso à cidade

O diálogo com o representante da UNIVILA também evidencia que o bairro não se configura como um território isolado, mas como um bairro de fato articulado à malha urbana de Ouro Preto, ainda que essa articulação se dê por meio de soluções improvisadas e de negociações constantes. Ao tratar da mobilidade cotidiana, o representante descreve uma rede de deslocamentos que combina transporte coletivo formal, caminhos informais e acordos institucionais construídos pela própria comunidade.

Segundo o relato, o bairro é atendido por uma linha de ônibus que conecta a Vila Aparecida a diferentes pontos da cidade, como o Veloso, a Rodoviária, a Praça Tiradentes e a Piedade. Para os deslocamentos em direção à Bauxita — importante polo comercial e de serviços —, os moradores recorrem tanto ao transporte coletivo quanto aos trajetos a pé, aproveitando a proximidade com os pontos de ônibus da Barra e com os acessos e atalhos pela UFOP e pelo IFMG. Essa multiplicidade de caminhos revela uma apropriação ativa do território urbano, na qual a mobilidade é construída cotidianamente a partir das possibilidades existentes.

No entanto, a narrativa explicita que esses caminhos alternativos nem sempre são acessíveis de fato. Um episódio emblemático relatado pelo entrevistado refere-se à tentativa de fechamento do acesso pelo IFMG, motivada pela redução do quadro de vigilância da instituição. Diante dessa ameaça, a Associação de Moradores mobilizou a comunidade (Figura 27), promoveu reuniões com a direção do IF e levou a demanda à prefeitura, resultando em um acordo que assegurou a permanência do trajeto por meio da disponibilização de porteiros municipais:

Nós reunimos a população, a Associação chamou a comunidade, marcou uma reunião entre a comunidade e o IFMG. [...] O prefeito disponibilizou porteiros para fazer esse traslado entre uma portaria e

outra, para que a população do bairro possa transitar para ir trabalhar, para ir no supermercado. (UNIVILA, 2025)

Figura 27: notícia sobre embargo do acesso ao IFMG.

Itatiaia Ouro Preto › Artigo

Moradores do bairro Vila Aparecida reivindicam manutenção de acesso ao IFMG em Ouro Preto

Restrição de horários gera descontentamento na comunidade

24/09/2024 às 11:18 • Laura Gorino



Fonte: Rádio Itatiaia. Disponível em:

<https://www.itatiaia.com.br/ouropreto/2024/09/24/moradores-do-bairro-vila-aparecida-reivindicam-manutencao-de-acesso-ao-ifmg-em-ouro-preto>. Acesso em 05 fev. 2026.

Esse episódio demonstra, portanto, que a mobilidade urbana a partir de certas regiões da cidade não se apresenta como um dado garantido, mas como uma conquista continuamente negociada, sustentada pela organização comunitária e pela pressão política exercida pelos moradores.

Outro fator consequentemente afetado pela mobilidade urbana e territorial na cidade é o acesso a comércio e a serviços. Embora o bairro disponha de alguns estabelecimentos de pequeno porte — como padaria e mercearia —, o representante relata que o bairro mantém uma dependência funcional de outras áreas da cidade para o acesso a bens e serviços de maior escala, como supermercados. Nesse sentido, a mobilidade assume papel significativo na

reprodução da vida cotidiana, e a ausência de uma linha de ônibus interna, conectando diretamente o bairro à Bauxita e ao Cooperouro, é apontada como uma das principais limitações enfrentadas pelos moradores. Por conseguinte, isso reforça a leitura de que a inserção da Vila Aparecida no tecido urbano oficial ocorre de maneira incompleta, marcada por descontinuidades no sistema de transporte público que penalizam sobretudo os moradores das áreas mais elevadas do bairro.

5.2.5. Organização política, associação de moradores e práticas de reivindicação

Documentar a organização político-comunitária do bairro também se tornou um fator central para a condução da entrevista. Na narrativa, a Associação de Moradores da Vila Aparecida emerge como um agente político fundamental na mediação entre a comunidade e o poder público. Fundada em 1978, segundo o atual presidente da UNIVILA, a associação é apontada como uma das mais antigas de Ouro Preto, embora tenha passado por períodos de fragilidade institucional. O recente processo de regularização documental da Associação ante a prefeitura é descrito como um marco importante, pois permitiu à associação voltar a acessar recursos, firmar parcerias e pleitear emendas parlamentares.

A dinâmica de funcionamento da associação se organiza de forma flexível, orientada pelas demandas emergentes do bairro, e não por um calendário fixo de reuniões. Essa lógica revela que as decisões e mobilizações se dão a partir de problemas concretos — como limpeza urbana, infraestrutura ou obras — e são encaminhadas diretamente aos órgãos competentes. O entrevistado destaca, ainda, a alta participação dos moradores nessas reuniões, frequentemente reconhecida por vereadores e representantes do poder público, ao relatar que “quando a gente reúne com os vereadores, eles falam que nosso bairro é um dos que mais vão moradores para as reuniões” (UNIVILA, 2025). Essa presença ativa da população reforça a compreensão da Vila Aparecida como um território politicamente mobilizado, no qual a cidadania se exerce de forma coletiva e reivindicatória, contrariando leituras que associam bairros populares à passividade ou à desorganização social.

Quanto às ações de reivindicação ante os entraves institucionais, um dos episódios mais emblemáticos relatados refere-se à luta pela manutenção e pela construção da sede própria da Associação de Moradores. Após a perda temporária do terreno cedido pela prefeitura, em razão do término do prazo de comodato sem que a obra tivesse sido realizada, a comunidade articulou-se politicamente para reverter a situação, conseguindo a renovação da cessão e a elaboração de um novo projeto arquitetônico.

Contudo, o processo evidencia entraves institucionais associados às políticas de preservação patrimonial, especialmente no que se refere à atuação do IPHAN. Segundo o entrevistado, a escassez de técnicos e a sobrecarga do órgão resultam em longos prazos de análise, que afetam não apenas a comunidade, mas também a própria prefeitura: “Dentro de Ouro Preto, o IPHAN tem poucos representantes. [...] Muitas das vezes, quando a gente precisa, a gente demora muito para ter a resposta do IPHAN para construir uma coisa em Ouro Preto” (UNIVILA, 2025).

Essa fala dialoga diretamente com as análises desenvolvidas nos capítulos anteriores, ao evidenciar como a lógica patrimonial, mesmo quando não explicitamente excludente, acaba por produzir efeitos de lentidão, adiamento e bloqueio de demandas básicas de bairros populares.

5.2.6. Considerações sobre a narrativa

Em conformidade com os relatos obtidos, pode-se averiguar que a Vila Aparecida se revela não como um território marginal ou carente de organização, mas como um espaço produzido e continuamente sustentado por práticas coletivas de cuidado, negociação e resistência. As falas do representante da Associação de Moradores evidenciam que o acesso à infraestrutura, à mobilidade urbana, aos equipamentos comunitários e, sobretudo, à permanência no território, não se deu como resultado espontâneo de políticas públicas estruturadas, mas como fruto de mobilizações constantes, mediações institucionais e pressões políticas exercidas pela própria comunidade.

Nesse sentido, o cotidiano do bairro expõe as contradições do planejamento urbano de Ouro Preto: ao mesmo tempo em que os bairros populares são incorporados funcionalmente à cidade — fornecendo mão de obra, redes de sociabilidade e práticas culturais —, permanecem submetidos a um regime de

atendimento precário, condicionado e frequentemente mediado por instâncias externas, como concessionárias, órgãos de preservação e decisões administrativas centralizadas. As narrativas internas, portanto, não apenas tensionam discursos técnicos e patrimoniais que historicamente caracterizam a Vila Aparecida como um espaço “problemático” ou “degradante”, mas reafirmam o bairro como território de pertencimento, agência política e produção ativa do direito à cidade, em confronto direto com lógicas urbanas excludentes e heterônomas que ainda estruturam o planejamento urbano local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao deslocar o olhar da centralidade monumental — tradicionalmente privilegiada pelas narrativas oficiais, pelos instrumentos de ordenamento urbano e pelas políticas de preservação — para um território popular e periférico, tentou-se tensionar, neste trabalho, os limites do planejamento urbano enquanto prática técnica e política ainda atravessada por lógicas heterônomas de produção e de regulamentação da cidade. Portanto, o trabalho encaminhou a partir do entendimento de que a cidade não se configura como um cenário abstraído da realidade social de quem a habita, mas sim como um campo de disputas simbólicas, materiais e ontológicas, no qual diferentes projetos de cidade coexistem de forma desigual.

A análise dos instrumentos de planejamento urbano, dos pareceres técnicos e das narrativas institucionais revelou a persistência de um pensamento hegemônico na forma como Ouro Preto é pensada, regulada e representada. Essa lógica manifesta-se, sobretudo, na hierarquização entre territórios considerados legítimos, valorizados e dignos de investimento e aqueles compreendidos como problemáticos, dissonantes ou ameaçadores à paisagem patrimonial. A Vila Aparecida, nesse contexto, aparece recorrentemente associada a discursos de impacto visual, risco ou inadequação, evidenciando como o planejamento urbano opera não apenas como instrumento de ordenamento espacial, mas também como mecanismo de controle, exclusão e produção de invisibilidades.

Em contraposição a essas narrativas hegemônicas, a escuta da narrativa da comunidade, mediada pela entrevista com o representante da UNIVILA, permitiu acessar uma história “outra” da Vila Aparecida — construída a partir da memória, das experiências cotidianas e das práticas coletivas de seus moradores. As falas evidenciam um processo de formação do bairro marcado pela solidariedade comunitária e pela apropriação progressiva — e legitimada institucionalmente — do território, frequentemente antecedendo a presença do Estado e das políticas públicas de desenvolvimento urbano. Ao mesmo tempo, revelam as estratégias de organização social, de reivindicação de direitos e de negociação com o poder público, que configuram formas concretas de resistência à marginalização urbana.

Essas narrativas demonstram que a Vila Aparecida não pode ser compreendida apenas a partir de sua materialidade construída ou de sua inserção na paisagem urbana, mas como um território vivo, dotado de densidade social, afetiva e política. As práticas culturais, esportivas e festivas, a atuação da Associação de Moradores, a mobilização em torno da infraestrutura urbana e a produção de espaços de convivência revelam modos de produzir a cidade que escapam às racionalidades técnicas e normativas do planejamento hegemônico. Nesse sentido, o bairro se afirma como espaço de produção de memória, de pertencimento e de cidadania, mesmo diante das condições de precariedade e das assimetrias de poder que o atravessam.

Ressalta-se que este trabalho não pretendeu negar a importância histórica e simbólica do patrimônio urbano de Ouro Preto, tampouco desconsiderar a relevância das políticas de preservação. Ao contrário, buscou-se problematizar os limites de uma abordagem que, ao privilegiar determinadas narrativas e paisagens, silencia outras práticas e existências dentro da vida urbana e compromete a construção de uma cidade mais justa e plural. A perspectiva decolonial adotada propõe, portanto, um exercício crítico de ampliação do olhar, capaz de reconhecer a cidade como um pluriverso de territorialidades, no qual diferentes racionalidades e modos de vida devem ser considerados no processo de planejamento.

Como toda pesquisa, este estudo apresenta limites. O recorte empírico concentrou-se em uma entrevista com um representante da Associação de Moradores, o que não esgota a diversidade de vozes e experiências presentes no bairro. Além disso, a análise documental esteve condicionada à disponibilidade e ao acesso a determinados arquivos institucionais. Ainda assim, tais limitações não invalidam os achados da pesquisa, mas apontam para a necessidade de aprofundamentos futuros, seja por meio da ampliação do número de entrevistas, da incorporação de outras metodologias participativas ou da comparação com outros bairros populares de Ouro Preto e de cidades históricas similares.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para o campo da Arquitetura e do Urbanismo ao evidenciar a potência das narrativas comunitárias como ferramenta analítica e política no planejamento urbano. Ao reconhecer a Vila Aparecida como parte constitutiva da cidade — e não como um apêndice dissonante —,

reafirma-se a importância de práticas de planejamento que dialoguem com os territórios, com seus moradores e seus modos de vida. Pensar o planejamento urbano de Ouro Preto a partir de uma perspectiva decolonial implica, em última instância, repensar os critérios de legitimidade que orientam as decisões sobre o espaço urbano e assumir o desafio de construir uma cidade que reconheça, acolha e valorize suas múltiplas histórias.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o Giro Decolonial**. Revista Brasileira De Ciência Política, nº 11, pp. 89-117, 2013.
- BAZIN, Germain. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Rio de Janeiro, Record, 1956.
- BRASILEIRO, Vanessa Borges; DANGELO, André Guilherme Dornelles. **Ouro Preto, Vila (Des)Aparecida: A difícil relação entre o centro histórico e suas áreas de entorno**. Oculum Ensaios, vol. 14, nº 2, Maio-Agosto, 2017, p. 257-273. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Inquérito nº 1.22.000.002220/2012-05**.
- BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Parecer nº 228, de 13 de novembro de 2013**.
- BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS. **Parecer nº 38, de 6 de agosto de 2012**.
- BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. São Paulo, Nobel, 1991.
- CALIL, Maria Ribeiro. **Expansão urbana em Ouro Preto – MG: o risco de ocupar encostas mineradas**. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo, Editora Unesp, 2001.
- COELHO, Nizea. **Antigo espaço da Fábrica de Tecidos será transformado em Centro Municipal de Eventos**. Disponível em: <<https://ouopreto.mg.gov.br/noticia/1223>>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- COSTA, Everaldo Batista da. **Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo: as cidades coloniais barrocas face à Patrimonialização Global**. Tese de doutorado (Geografia Humana) FFLCH/USP, 2011. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14032011-104656/publico/2011_EveraldoBatistadaCostan.pdf
- CUNHA, Gabriel Rodrigues da. Assistência técnica habitacional com técnicas construtivas não convencionais: proposta de adequação sociotécnica para o enfrentamento da colonialidade tecnocientífica. In: **Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 1, p. 142-163, 2019.
- DIAS, Adelaide L. N.; CARDOSO, Fernando. **As Cores Originais - estudo para identificação da paleta de cores das fachadas de Ouro Preto**. Relatório. A Pique Arquitetura e Memória, Ouro Preto, 2025.
- DORE, Rosemary; SOUZA, Herbert Glauco de. GRAMSCI NUNCA MENCIONOU O CONCEITO DE CONTRA-HEGEMONIA. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 25, n. 3, p.

243-260, 11 Out 2018 Disponível em:
<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/9961>. Acesso em: 9 fev 2026.

FERNANDES, E. Políticas de regularização fundiária: confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas. In: **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**, ano I, n. 6, v. 1 (ago/set. 2005). Porto Alegre: Editora Magister, 2006.

FIGUEIREDO, Marcela Rosenburg. **Apreender a cidade, o urbano e o cosmos: intersecções entre espaço e educação**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 217 p., 2021

FUNDAÇÃO JOÃO .PINHEIRO. **Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**. Belo Horizonte: FJP, 1975.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

IPHAN. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

KAPP, Silke; CARDOSO, Adauto. Marco teórico da Rede FINEP MORAR TS. [2013]. In: Silke Kapp; Ana Baltazar (eds.). **Moradia e outras margens**. Belo Horizonte: MOM, 2021, v. 1, pp. 79-126.

LEAL, Cláudia Feierabend Baeta (org.). **As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. **As missões da Unesco no Brasil: Paul Coremans**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **State, Space, World: Selected Essays**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

LIMA, Alfredo Viana de. **Brésil - Renovation et mise en valeur d'Ouro Preto**. Paris: UNESCO, 1970.

LIMA, Alfredo Viana de. **Brésil - Renovation et mise en valeur d'Ouro Preto. (SecondRaport)**. Paris: UNESCO, 1972.

LOTT, Mirian Moura. **Sob o Badalar dos Sinos, o Ar da Modernidade - Ouro Preto: População, Família e Sociedade 1838-1897**. Tese (doutorado em História), UFMG, Belo Horizonte, 2009.

LÖWY, Michel. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana**. Editora Vozes. Petrópolis, 2001.

MARICATO, Erminia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: Leonardo Basci Castriota (org.). **Urbanização Brasileira – Redescobertas**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, p. 78-96, 2003.

MASCARENHAS, Giselle Oliveira. **OUTROS CANTEIROS**: possibilidades e limites da produção de moradias por autogestão de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 599 p., 2022.

MENICONI, Rodrigo Otávio Marco. **A construção de uma cidade-monumento: O caso de Ouro Preto**. Mestrado em arquitetura e urbanismo- Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 156. 1999

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MORAES, Clarice Fernandes. **Instrumentos para ampliação do repertório sócio-espacial : o caso da Ocupação Chico Rei II em Ouro Preto, Minas Gerais**. 2025. 139 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2025.

MUTIRÃO. **Produção sócio-espacial de moradias populares em Ouro Preto: possibilidades e limites**. Relatório. Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2025.

OLIVEIRA, Leandro Duque. **Ocupação urbana de Ouro Preto de 1950 a 2004 e atuais tendências [manuscrito]**. 137f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Departamento de Geologia. Área de concentração: Geologia Ambiental, 2010.

OLIVEIRA, L. D.; SOBREIRA, F.G. **Crescimento urbano de Ouro Preto - MG entre 1950 e 2004 e atuais tendências**. Revista Brasileira de Cartografia, N° 67/4, p. 867-876. Rio de Janeiro, 2015.

PEREIRA, Cecília Ribeiro. **O turismo cultural e as missões da UNESCO no Brasil**. 2012. 178p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal Pernambuco, Pernambuco, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Livro de Provisões e Aforamentos**. Acervo do APMOP, v. 8, nº de registro 1442-A, 1969.

RIBEIRO, Cecília. Viana de Lima em Missão da UNESCO no Brasil. In: **URBANA**, V.5, nº 6, mar.2013 - Dossiê: Urbanistas e Urbanismo- CIEC/UNICAMP, 2012. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/320568653_Viana_de_Lima_em_missao_da_Unesco_no_brasil. Acesso em: 18 jul. 2025.

RIBEIRO, Cláudio Rezende; SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Memória e direito à cidade: políticas urbanas contemporâneas de Ouro Preto. **Revista Thésis**, Rio de

Janeiro, v. 2, n. 2, 2016. DOI: 10.51924/revthesis.2016.v2.27. Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/27>. Acesso em: 10 mai. 2025.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTANA, M. M. **As bordas da cidade colonial: um estudo da paisagem tombada de Ouro Preto-MG**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa/UFV, 2012.

TEIXEIRA, R.S. **Uma conjuntura de aparências: a não construção de um sistema municipal de planejamento urbano em Ouro Preto**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). NPGAU/UFMG, 2015.

VASCONCELLOS, S. **Vila Rica: formação e desenvolvimento - residências**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.

WALSH, Catherine. Introducción - lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (org.), Tomo I: **pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)viver**. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, Serie Pensamiento Decolonial, 2013. p. 23-68.